



# Anais da Assembléia

Nº 117

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 30 DE SETEMBRO DE 1981.

ANO VII

## 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA DA 108ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 1981 QUARTA-FEIRA.

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Augusto Carneiro e Antônio Cotrim.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Ailton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Sampaio, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bueno, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Valduga. (49), achando-se ausentes os Srs. Deputados Nilso Sguarezi, David Cherigate, Del Ciel, Deni Schwartz, João Elísio, Palácios, Renato Bernardi, Romero Filho e Wilson Fortes. (9).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura das atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) — Sr. Presidente, peço informações sobre este aparato policial em redor do Poder Legislativo.

Porque entendo que está havendo até um constrangimento para esta Casa, uma vez que nós, Deputados, estamos sendo impedidos de nos encaminhar para aqui tranqüilamente.

Estão sendo solicitadas as nossas credenciais, desviado nosso caminho para lugares mais distantes, num congestionamento de trânsito e acho que o Poder Legislativo que realiza suas sessões segundo o artigo 75 do Regimento Interno publicamente e que não tem nenhum motivo para que se faça um cerco policial ao redor do prédio.

Então, indago de Vossa Excelência se existe alguma solicitação, por parte da Mesa, para que esteja ocorrendo este fato.

Se não for assim, até daqui pediria a Vossa Excelência que interrompesse a sessão.

Se houvesse um entendimento com o Governador do Estado, que naturalmente é o que tem o poder de determinar esta movimentação policial, para que tome outras providências e não coloque este Poder no constrangimento de ver seu prédio cercado por um aparato policial que desconhecemos as razões. Não vejo porque esta Casa esteja sendo palco deste espetáculo

que para nós é até constrangedor.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa ao nobre Deputado que desconhece as razões deste policiamento ao redor do Poder Legislativo e do Palácio Iguaçu.

Mas, esclarece que não tomou conhecimento de qualquer pessoa que tivesse sendo impedida de aqui comparecer; porque inclusive, no meu gabinete desfilaram dezenas e dezenas de pessoas hoje pela manhã.

Mas se esta Presidência tomar conhecimento que qualquer um dos Srs. Deputados foi impedido de aqui comparecer, tomaremos medidas imediatas junto ao Poder Executivo para saber das razões deste impedimento do comparecimento de pessoas ao Poder Legislativo do Paraná.

O SR. LINEU TURRA — Estou dando o conhecimento a Vossa Excelência de que estava ocorrendo este fato, inclusive com funcionários de meu gabinete, que mandei fazer serviços urgentes e que tiveram grande dificuldade para chegar aqui.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa agradece a comunicação do nobre Deputado e irá gestionar no sentido de tomar conhecimento das razões deste policiamento.

O SR. LUIZ GABRIEL SAMPAIO — (Pela ordem) — Somente para corroborar as palavras de Vossa Excelência, no sentido de que este Deputado chegou aqui no plenário, sem nenhum constrangimento, ninguém pediu documentos, nem perguntou quem eu era, assim como os funcionários e demais Deputados desta Casa.

Naturalmente, houve uma exceção com o Deputado Lineu Turra, que lamentamos, mas que foi somente com ele. Os outros estão normalmente circulando.

O SR. MÁRIO CELSO — (Pela ordem) — Só para corroborar com as palavras do Deputado Lineu Turra, eu também quase tive meu carro apreendido; exigiram a documentação e inclusive o Sargento que estava comandando o policiamento falou que me conhecia da televisão.

— Eu já lhe conheço da televisão. E tal ...

— Não, estou aqui como Deputado e precisando trabalhar. Preciso ir à Assembléia.

— Não, então o Sr. encoste o carro e vá a pé.

Falei:

— Não é questão de ir a pé; até é bom fazer um teste de Cooper. É bom caminhar um pouco. Mas o problema é que está havendo aqui um desrespeito a uma autoridade. Represento parte da coletividade.

Daí apareceu um superior. E este falou:

— Está havendo um mal-entendido.

Mas não é o primeiro, já aconteceu com três Deputados aqui.

Um deles quis bater num policial, por isto que estamos agora pedindo documentação de todo o mundo.

Do meu lado um senhor do Tribunal de Justiça também, um desembargador, que teve seu carro proibido de trafegar até o Tribunal de Justiça.

Então, está havendo realmente uma discriminação se é que o Deputado Gabriel Sampaio falou, que ele passou normalmente, então ele levou muita sorte. Passou, talvez por um bloqueio, onde havia pessoas de bom senso, porque nem todo o policial é mau; policial, existem na classe maus policiais, e talvez,

esses estejam realmente complicando, inclusive perturbando a ordem pública, porque acarreta uma série de dificuldades. Meu carro parou no meio da rua e ali, realmente ficou um tumulto criado, nós passamos até por situações desagradáveis.

Por isso, protestamos e sugerimos, que se cancele a sessão, até que, naturalmente seja o assunto definido, porque muitas pessoas que para este Poder Legislativo queriam se encaminhar, não estão podendo.

Então, muitas reivindicações ficarão aqui pela metade. É essa minha sugestão, de que se cancele a sessão, até que seja naturalmente liberada a circulação de veículos até este Poder.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, cheguei aqui nesta Casa, talvez, um policial me conhecesse. Eu estou aqui na Assembléia Legislativa, porque aqui cheguei é óbvio, ninguém impediu-me o acesso a este edifício.

Entretanto, acho ponderável a solicitação da oposição; eu estou de acordo que Vossa Excelência suspenda a sessão, para verificar se são verdadeiras estas informações, de que os Srs. Deputados não têm acesso, agora se tiverem acesso ao edifício da Assembléia Legislativa, não vejo porque suspender a sessão. Temporariamente, eu estou de acordo.

O SR. LINEU TURRA — Eu tive condições de acesso, me identifiquei e tive condições.

Tive condições, inclusive, de fazer um trajeto bem maior, num congestionamento de trânsito e meus funcionários, que mandei a serviço urgente, tiveram dificuldade de chegar.

E eu não vejo razão para que a Assembléia Legislativa esteja nesta situação de constrangimento. É por esta razão que pedi a interferência de Vossa Excelência para que não ocorresse isso.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa irá gestionar junto à Secretaria da Segurança, a fim de se inteirar das razões e dos motivos deste policiamento intensivo junto ao Poder Legislativo.

Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, eu quero só levar ao conhecimento da Presidência, que além deste impedimento, os guardas me multaram duas vezes ao adentrar com acesso aqui na Assembléia Legislativa.

Peço a Vossa Excelência que interfira, para que possamos exercer livremente o nosso mandato parlamentar, porque além do constrangimento, ainda tem mais esse ônus. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa tomará as devidas providências.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

#### EXPEDIENTE:

##### Ofício:

Sob o n.º 307/81/CM, do Senhor VALDINEI JOSÉ PELOI, Presidente da Câmara Municipal de Goioerê, encaminhando cópia do requerimento de autoria do Vereador DORIVAL SILVA CAVALCANTI (PDS), com o seguinte teor:

“Por força de preceito constitucional, os candidatos à Presidência da República não poderão contar com menos de 35 (trinta e cinco) anos de idade. Pretende-se que, atingida a referida faixa etária, o brasileiro terá alcançado condições dese-

jáveis de conhecimento, de maturidade e capacitação profissional. Temos então que, garantido pela CARTA MAGNA, o nativo de 40 ou mais anos pode governar o seu País ou o seu Estado. Todavia, este mesmo cidadão, completados os 35 anos de vida, vê-se impedido de postular cargos, de muito menos importância, na esfera pública federal, de nada valendo conhecimentos, maturidade e capacitação profissional.

Diz o parágrafo 23, do Art. 153 da Constituição. “É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, OBSERVADAS AS CONDIÇÕES DE CAPACIDADE que a lei estabelecer”. O artigo fala em CAPACIDADE, apurada durante o concurso, preliminarmente, e no estágio probatório, posteriormente. Consideramos e qualificamos como discriminação vedada constitucionalmente, o artigo 2.º, inciso II da Lei n.º 6.334, de 31.05.76, bem como o Art. 4.º, do Decreto n.º 79.598, de 31.05.77, este último dispondo sobre o ingresso nas categorias funcionais do grupo tributação, arrecadação e fiscalização. Urge, portanto, que se reavalie o enfoque dos mencionados diplomas legais, equacionando-os aos parâmetros traçados, pelo texto constitucional e porque não dizermos, à realidade brasileira, voltada, já agora, para a oportunidade para todos”.

Através deste, objetivamos a reformulação daqueles dispositivos, visando a melhoria do próprio quadro funcional. —Ao conhecimento da Casa.

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER a inserção na Ata desta sessão, de um voto de pesar pelo falecimento, ocorrido em 29 de setembro de 1981, na cidade de Quinta do Sol, do Sr. Kioshi Suzuki, deixando esposa e cinco filhos.

O extinto era cidadão probo e honesto, líder político, agricultor progressista e, por isso, deixa consternada toda a população de Quinta do Sol.

REQUER, ainda, que do presente seja dado conhecimento à família Suzuki, de Quinta do Sol.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1981.

(a) GILBERTO CARVALHO.

##### REQUERIMENTO

#### SÚMULA:

REQUER VOTO DE PROFUNDO PESAR PELO FALECIMENTO DE JOÃO CHEMIN.

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja consignado em ata, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JOÃO CHEMIN, ocorrido no último dia 25, nesta Capital, dando-se ciência do presente à família enlutada, na pessoa da viúva Dona Vergínia Chemin, residente na Avenida Água-Verde, 1588 - Curitiba.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1981.

(a) ANTÔNIO FACCI.

#### JUSTIFICATIVA:

O Senhor João Chemin, nasceu em Campo Largo, em 16 de agosto de 1901.

Pertencente à tradicional família da região metropolitana de Curitiba, com inúmeros e grandes serviços prestados à comunidade.

Espírito desbravador, João Chemin foi fundador da Cidade de Paracity, comuna em que foi Prefeito e Vice-Prefeito nos períodos de 1959/63 e 64/67.

Pelos serviços de benemerência prestados à comunidade,

recebeu o título de Cidadão Honorário de Paracity. Deixou nosso convívio, mas por certo todos os que o conheceram terão em sua lembrança, a certeza de uma figura humana ímpar e dedicada às causas públicas, que servirá de exemplo para todos os paranaenses.

## REQUERIMENTO

## SÚMULA:

REQUER que se insira na ata dos trabalhos, voto de pesar pelo falecimento do Sr. APOLINÁRIO GORSKI, ocorrido dia 29 de setembro, nesta Capital.

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Apolinário Gorski, ocorrido nesta Capital, dia 29 de setembro do corrente ano.

Outrossim, REQUER que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1981.

(a) DARCY DEITOS.

## REQUERIMENTO

## SÚMULA:

REQUER um voto de pesar pelo falecimento do Sr. AUGUSTO DONIN.

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER, seja consignado em ata, um VOTO DE PESAR pelo falecimento em data de 23-9-81, do Sr. AUGUSTO DONIN, pioneiro e fundador de Toledo, pessoa altamente relacionada e estimada pela comunidade toledana, merecedor de todo o conceito, deixando lacuna irreparável na sociedade de Toledo.

REQUER, outrossim, que seja levado ao conhecimento da família enlutada este voto de pesar, aos cuidados da Prefeitura de Toledo.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1981.

(a) EGON PUDELL.

## REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o registro na Ata da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Prefeito de Paracity JOÃO CHEMIM.

Requer, também, que do pronunciamento do Plenário se dê conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1981.

(a) JOSÉ DOMINGOS.

## JUSTIFICATIVA:

Natural de Campo Largo, JOÃO CHEMIN foi um dos fundadores de Paracity, onde fixou residência em 1950, passando a exercer uma série de atividades comerciais, mais diretamente ligadas ao setor madeireiro.

Logo, seu relacionamento passou para a vida pública, tendo sido das mais meritórias sua participação nas atividades políticas.

Foi Prefeito Municipal no período entre 1959 e 1963 e vice-Prefeito entre 1963 a 1969.

Em sua administração, obteve ilimitados benefícios para seu município, entre os quais a instalação da Comarca.

Pela sua brilhante atuação na vida pública e nas suas atividades comerciais, foi homenageado com o título de Cidadão

Honorário de Paracity, onde, ao longo de sua existência sempre foi estimado e respeitado. Ao falecer, no final da semana que passou, deixou consternados os cidadãos daquela comuna do Norte paranaense e por este motivo requeremos esta homenagem póstuma da Assembléia Legislativa do Estado.

## REQUERIMENTO

## SÚMULA:

REQUER REGIME DE URGÊNCIA PARA O PROJETO DE LEI N.º 70/81.

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei n.º 70/81, oriundo de Mensagem Governamental que trata sobre alienação de terras através do ITC, conforme especifica, aos seus atuais ocupantes legítimos, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1981.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

## REQUERIMENTO

## SÚMULA:

REQUER inserção na Ata dos trabalhos de hoje, de um voto de louvor ao Jornal "Indústria e Comércio".

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e ouvido o Plenário, REQUER a inserção na ata dos trabalhos da sessão de hoje de um voto de louvor à diretoria e redação do jornal "Indústria e Comércio", que a partir da edição de hoje passa a dar completa cobertura dos trabalhos deste Poder.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1981.

(a) GABRIEL SAMPAIO.

## REQUERIMENTO

## SÚMULA:

REQUER voto de congratulações à Sociedade Beneficente União dos Chauffeurs.

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações à Sociedade Beneficente UNIÃO DOS CHAUFFEURS, pela passagem de seus 64 anos, em 29/09/81.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1981.

(a) NESTOR BAPTISTA.

## JUSTIFICATIVA:

Foi em 1917 que um grupo de homens resolveu se reunir e eleger para presidente de sua sociedade o Sr. Antônio Greca.

De lá até hoje com o Presidente Ary Marcon, muitos homens abnegados por lá passaram e só fizeram engrandecer uma das mais notáveis sociedades que temos hoje em nossa Capital. Intendente. Voltada para seus associados e o bem comum, comunitariamente interessada em resolver problemas dos motoristas, chega aos 64 anos com muito júbilo para todos nós.

Com sede própria está instalada na Praça General Osório, Caixa Postal 378, recebendo os amigos diariamente.

## REQUERIMENTO

## SÚMULA:

REQUER ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Educação, a implantação de Centros Estaduais

de Ensino Supletivo na Cidade de Maringá.

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado ao Dr. Edson Machado de Sousa, Digníssimo Secretário de Estado da Educação, expediente solicitando estudos e medidas visando a implantação na Cidade de Maringá, de Centros Estaduais de Ensino Supletivo de 1.º e 2.º graus, nos moldes do que já existe em funcionamento na Capital do Estado.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1981.

(a) ANTÔNIO COTRIM.

#### JUSTIFICATIVA:

As estatísticas provam e comprovam que uma pequena parcela de alunos matriculados na primeira série dos cursos de 1.º e 2.º graus, terminam seus estudos premidos por diversas dificuldades que afligem as camadas mais pobres da população.

Uma das maiores dificuldades que se verifica é a necessidade da participação dessas crianças e jovens no trabalho, como ajuda imprescindível para o aumento da receita familiar.

Evidentemente esses jovens não dispõem de recursos para poderem cursar escolas pagas e, com isso, ficam a engrossar o número estatístico dos analfabetos neste País.

Justifica-se, portanto, plenamente a implantação desses centros em cidades do interior, proporcionando às pessoas carentes, uma oportunidade de continuarem seus estudos e profissionalizarem-se.

#### REQUERIMENTO

##### SÚMULA:

REQUER informações do Secretário dos RECURSOS HUMANOS, sobre recolhimento em favor das Associações de Professores do Paraná.

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente ao Dr. Segismundo Morgenstern, Digníssimo Secretário dos Recursos Humanos, solicitando informações sobre o montante arrecadado mensalmente dos professores e repassado às Associações dos Professores do Paraná (APP-APLP-APMP), bem como se esses descontos são automáticos ou dependem de expressa autorização dos professores.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1981.

(a) ANTÔNIO COTRIM.

#### REQUERIMENTO

##### SÚMULA:

REQUER AO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO E AO SECRETÁRIO DE ESTADO DOS RECURSOS HUMANOS, SEJA ACRESCENTADO NO ANEXO I, DA LEI N.º 7.424, de 17/12/80, O CARGO DE ASSISTENTE DE ENGENHARIA.

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado dos Recursos Humanos, no sentido de que se acrescente no Anexo I, da Lei n.º 7.424, de 17/12/80, o Cargo de ASSISTENTE DE ENGENHARIA, Código P-18, Padrão I, Referências 1 a 11, com número de, pelo menos, 10 (dez) cargos.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1981.

(a) ANTÔNIO FACCI.

#### JUSTIFICATIVA:

Quando da elaboração e da aprovação da Lei n.º 7.424/80, um número reduzido de pessoal administrativo exercendo função específica de engenheiro, em modalidades diversas, ficaram excluídos, tanto do Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo, objeto dessa lei, como do Quadro Próprio dos Engenheiros do Estado, previsto na Lei n.º 7.122, de 26/04/79.

Embora cumprindo tarefas específicas do ramo da Engenharia em órgãos diversos do Estado, esse pessoal, efetivos no Estado, por consequência de disfunção administrativa, ficou excluído dos benefícios concedidos por uma e outra lei, a do Plano de Classificação de cargos e a do Quadro de Engenheiros Estaduais.

A inserção no Anexo I, da Lei n.º 7.424, de 17/12/80, do Cargo de ASSISTENTE DE ENGENHARIA, com vencimentos do Padrão I, com possibilidade de acessos progressivos até a Referência 11, prevista na mesma lei, vem fazer justiça a essa parcela de funcionários públicos do Estado que se acham desamparados e injustiçados na contemplação geral que o Governo do Estado vem dando a todos os servidores públicos, mesmo aos aposentados.

#### REQUERIMENTO

##### SÚMULA:

REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Ministro dos Transportes, Governador do Estado do Paraná, Secretário dos Transportes, Governador do Mato Grosso do Sul, Secretário da Agricultura do Estado do Paraná, Prefeitos e Câmaras Municipais, do eixo Cascavel-Guaíra, Prefeito e Câmara Municipal de Mundo Novo, Secretaria do Planejamento do Paraná, Escritório Técnico de Planejamento, SUDESUL, ELETROSUL e Itaipu Bi-Nacional.

Sr. Presidente.

O Parlamentar que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício às autoridades acima referidas na Súmula, solicitando providências com a maior brevidade possível quanto ao que segue:

- I. que se mantenha o traçado da Ferrovia da Soja na rota Guarapuava-Cascavel-Guaíra,
- II. que se entregue à ELETROSUL as verbas necessárias para o início das obras da Usina de Ilha Grande,
- III. que se defina quanto à Itaipu Bi-Nacional, do que será feito em compensação pela perda das Sete Quedas,
- IV. dotar Guaíra com um moderno porto fluvial que valorize e aproveite a hidrovia Rio Paraná-Tietê, com a intersecção no Porto de Guaíra da Ferrovia da Soja;
- V. que se construa um terminal hidroferroviário em Guaíra.

Essas reivindicações foram feitas pelo Vereador Ermínio Vendruscolo de Guaíra, Req. n.º 86/81, de 10/09/81.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1981.

(a) EGON PUDELL.

#### JUSTIFICATIVA:

O povo do Oeste do Paraná e especialmente o de Guaíra espera confiante na ação do Governo Federal e Estadual, pois com o atendimento às reivindicações acima, terá condições de produzir cada vez mais para o engrandecimento do Brasil.

## REQUERIMENTO

## SÚMULA:

REQUER aprovação de um voto de aplauso ao Jornal "INDÚSTRIA E COMÉRCIO".

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER a inserção na Ata dos trabalhos da sessão do dia de hoje, de um voto de aplauso ao Jornal INDÚSTRIA E COMÉRCIO", publicado em nossa Capital, que passa agora a dar cobertura diária dos acontecimentos registrados nesta Casa de Leis.

Solicita ainda, o envio de cópias deste ao diretor daquele órgão, jornalista Odone Martins Fortes e aos redatores Luís Geraldo Mazza e Nilson Pohl.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1981.

(a) MÁRIO CELSO.

## REQUERIMENTO

## SÚMULA:

REQUER envio de expediente ao Secretário do Interior e Presidente da TELEPAR.

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Secretário do Interior bem como à Presidência das Telecomunicações do Paraná S/A - TELEPAR, reivindicando a instalação de uma Central Telefônica com 25 (vinte e cinco) terminais na localidade de Dom Armando, Distrito do futuro Município de Missal.

Requer, outrossim, se dê ciência do presente ao Sr. Júlio Paetzold, representante dos demais signatários, Distrito de Dom Armando, Missal, Medianeira.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1981.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE.

## JUSTIFICATIVA:

Segue, em anexo, o abaixo assinado dos moradores que se comprometem adquirir o aparelho.

## REQUERIMENTO

## SÚMULA:

REQUER o envio de expedientes aos Excelentíssimos Senhores General NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, Governador do Estado, e ao DESEMBARGADOR HELIANTHO GUIMARÃES CAMARGO, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, conforme o exposto abaixo:

Sr. Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expedientes às autoridades acima mencionadas, no sentido de que seja elevado à condição de Comarca, o Município de Rondon.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1981.

(a) LÁZARO DUMONT.

## JUSTIFICATIVA:

Rondon foi fundada em 1945, por Leônicio de Oliveira Cunha, e esta denominação escolhida por seu fundador em homenagem ao Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon.

Criado pela Lei n.º 2534/54, de 26 de novembro de 1954, foi elevada à categoria de município.

A instalação do município se deu a 3 de dezembro de 1955, data também em que foi empossado o Sr. Arthur Hartmann, como primeiro prefeito eleito.

A sede do município está a 530 metros acima do mar, e a área total do município é de 440 km<sup>2</sup>, tendo como principal produção o arroz, amendoim, feijão, café, milho e soja. e é hoje, um dos principais produtores da pecuária naquela região do Estado, sendo também, bastante provido em sua área de comércio, saúde e educação.

Portanto, com 36 anos de fundação, e 27 de emancipação política, Rondon já deveria ser Comarca.

## Projetos:

## PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 68/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1.º — Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, situada no Município de Altônia, a fim de que a respectiva população decida sobre a anexação do território ao Município de São Jorge do Patrocínio:

— começa no Rio São João, na foz do Córrego São Vicente até a sua cabeceira; daí, pela divisa entre os lotes 228 e 229 até encontrar a estrada São Henrique, daí, em direção geral do leste até encontrar a estrada Mestre, que liga às cidades de Pérola e Altônia; por esta estrada em direção geral sudeste, dividindo com o Município de Pérola até encontrar a divisa do lote 129 com uma das cabeceiras do Ribeirão de São João, pelo qual desce até a foz do Córrego São Vicente, ponto de partida.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1981.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

## JUSTIFICATIVA:

O arrazoado que anexo encaminhamos, nos seus (10) dez itens, e o incluso abaixo-assinado, bem documentam a aspiração da população da gleba cujas divisas da lei de criação de Município de São Jorge do Patrocínio, excluíram de seu território.

Com a autorização plebiscitária, se estará corrigindo uma injustiça que é o grande anseio daquela laboriosa população que muito tem contribuído para o desenvolvimento daquela rica região de nosso Estado.

## PROJETO DE LEI N.º 1111/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública, a Sociedade Maçônica de Beneficência - SOMABE, com sede em Jandaia do Sul.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1981.

(a) GILBERTO CARVALHO.

## JUSTIFICATIVA:

O Estatuto Social que anexamos, comprova a existência de todos os requisitos exigidos pela Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978.

Por outro lado, é indubitosa a natureza de utilidade pública de que se reveste a SOMABE, de Jandaia do Sul.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem, presenciamos na televisão uma reportagem chocante sobre o comportamento de uma companhia de serviços especiais de guardas, a chamada CSEG.

E hoje, Sr. Presidente, um dos seus funcionários, o Sr. Nilson Costa, que já é demissionário da firma e nela trabalhava como inspetor, além de sofrer pressão, está sendo obrigado a se demitir da firma, pelo tratamento truculento dos seus responsáveis da filial em Curitiba, os Srs. Ewerton Binder e Franklin Andrade.

A matriz de Juiz de Fora, Sr. Presidente, segundo informações do Sr. Nilson Costa, é uma das empresas de maior contingente deste tipo de prestação de serviços, e só no Estado do Paraná tem cerca de 600 pessoas que trabalham como vigias ou vigilantes.

Acontece que essas informações prestadas, dão conta de que esses dirigentes contratam serviços de vigilantes e colocam vigias vestidos de vigilantes, para prestação de serviços nos bancos e firmas com que contratam esse tipo de serviço. Mas há uma larga diferença entre vigias e vigilantes, Sr. Presidente.

Vigias são aqueles que não têm possibilidade de andarem armados, de portar armas, e os vigilantes têm cursos especiais e autorização do DOPS para que possam portar armas de fogo.

Mas aí é que está a manobra desta empresa, Sr. Presidente. Ela, sabendo que um vigia recebe um ordenado de Cr\$ 11.732,00, e os vigilantes, de Cr\$ 13.969,00, naturalmente que colocando um vigia no lugar do vigilante, tem mais de Cr\$ 2.000,00 de diferença, de vantagem para a firma.

Além disso, há notícias que estão sofrendo pressão, inclusive agressões físicas, cujas queixas estão registradas, algumas delas foram registradas inclusive no 3º Distrito, no Bairro das Mercês.

Sr. Presidente, além das denúncias já formuladas, inclusive ao Deputado José Domingos, de que essa empresa está tratando os funcionários de forma violenta, além de pagar o ordenado inferior ao permitido por lei, ainda existe uma sala de torturas, Sr. Presidente, no estabelecimento da direção dessa firma, e ali presta serviços auxiliares, uma pessoa ligada à Delegacia de Vigilância e Capturas e ainda, um desses inspetores da firma desses dirigentes, é uma pessoa demissionária da Polícia.

Peço a Vossa Excelência, Sr. Presidente, que indague da Secretaria de Segurança Pública, se assim convier, qual a razão de um policial da DVC estar ajudando a prestar serviços a essa empresa, que, segundo consta, são de militares reformados. Só são atribuídas a eles a possibilidade de armar o seu corpo de funcionários de vigilantes.

Por essa razão é inaceitável o tratamento não só discriminatório mas violento que tem praticado contra esses seus funcionários.

Peço a Vossa Excelência, Sr. Presidente, através da sua assessoria, que indague da Delegacia de Vigilância e Capturas, se há um policial prestando esse tipo de serviço extraordinário, e sem vinculação alguma com o poder público, da Secretaria de Segurança.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa concede a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É primavera. Primavera que a Natureza comemora com o ar alegre das flores, com o cantar dos pássaros, prenúncio que o frio se foi e que o sol nasce candente a iluminar a nós todos.

Aqui no Estado do Paraná também é primavera, somente que aqui, em vez de florescerem as flores, em vez do gorjeio dos pássaros, aqui há o florescer das baionetas do General

Ney Braga tentando impedir e intimidar as manifestações dos professores em greve, os quais lutam denodadamente por melhores condições de vida, de salário e, principalmente, para uma melhor educação aos nossos filhos.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — (Pela ordem) Lamento interromper o orador que se encontra na tribuna, mas é que a inverdade proferida é de tal forma acachapante que sou obrigado a pedir à Presidência que diga ao orador que ninguém viu baionetas em lugar algum; que se ele viu é fruto da imaginação criadora do Deputado que se encontra na tribuna.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Continua com a palavra o Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — E prossigo, Sr. Presidente.

Aqui no Paraná, irá se impedir uma passeata daqueles que não tendo suas reivindicações atendidas e que se deslocariam até o Palácio Iguaçu, pacificamente, e que vão às ruas para mostrar ao povo o seu descontentamento, seu desencanto aos rumos dados à educação em nosso Estado, reivindicações estas as mais justas, como já tem conhecimento esta Casa.

Todos sabem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a educação em nosso Estado é verdadeiramente relegada a um plano secundário. E as afirmações do Sr. Edson Machado de Sousa, à Revista "Educação" do mês de agosto de 81, às páginas 64, é mais uma mentira para vender a boa imagem do Estado.

E nesta revista, tem até uma piada do Sr. Secretário, Sr. Presidente, quando afirma que neste Estado existem os Centros de excelência, que são escolas de melhor pretensão para cada habilitação profissional, dos educandos; talvez quer dizer o Sr. Secretário que a Escola ou Centro de Excelência, seja o Palácio Iguaçu, onde o mesmo assim é tratado, isto é, Sua Excelência, o Sr. Secretário da Educação.

Mas estão aí, Sr. Presidente, os fatos, a demonstrarem o contrário, e a imagem da educação paranaense, que por certo será mostrada ao Brasil com a greve dos professores, que vendo seus legítimos direitos vilipendiados, não encontraram outra maneira senão a paralisação das aulas.

E nós aqui estamos, para também hipotecar a nossa mais irrestrita solidariedade à classe dos professores paranaenses, pois somos sabedores da justeza das suas reivindicações.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que também motiva nossa vinda à tribuna...

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa informa ao nobre orador que resta um minuto para o término de sua oração.

O SR. DARCY DEITOS — Solicito a Vossa Excelência que reduza o espaço de tempo ocupado pelo eminente Deputado Gabriel Sampaio, na questão de ordem levantada.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa que já foi descontado o tempo que o Deputado ocupou.

O SR. DARCY DEITOS — Pois concluo, Sr. Presidente.

O que também motiva a nossa vinda à tribuna, é para denunciar os absurdos que se cometem na atual administração do General Ney Braga, que coloca policiais não só contra professores, mas impede o acesso de quem perto do Palácio trabalha, de aqui poder chegar, a não ser que se identifique e prove que não é professor. E isto, Sr. Presidente, ocorreu com a minha pessoa, e tive que provar. Estava sem documento e tive que mandar buscar, senão aqui não podia chegar.

Triste Paraná, Sr. Presidente, ou triste Braganá, que quadro dantesco se desenha no centro da Curitiba florida, na primavera; que imagem será transmitida ao Brasil, de um Estado entregue nas mãos de homens insensíveis aos grandes reclamos do seu povo.

Mas a história, Sr. Presidente, irá registrar em suas páginas, este retrato, e fará com que, aqueles que as lerem, analisem o que foi o feudo do braguismo desvairado, no Estado do Paraná.

Obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).  
(Palmas das galerias).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Sr. Deputado Fiori Luiz.

A Mesa informa que, de acordo com o Regimento Interno, não são permitidas manifestações das galerias. Portanto, pede a compreensão de todos, no cumprimento exato do Regimento Interno desta Casa.

Com a palavra, o Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — General Ney Braga, “democrata” festejado do Estado do Paraná.

Ex-Ministro da principal Pasta de qualquer País, da Educação e Cultura, recebe os professores, instrumentos da cultura, com baionetas.

O Centro Cívico, desde as primeiras horas da manhã de hoje, mostra um panorama onde a repressão foi montada, substituindo os ares primaveris da grande praça. Um verdadeiro batalhão de choque esparrama-se em pontos estratégicos do Centro Cívico.

Ao cidadão menos avisado, dá a impressão de que a Terceira Grande Guerra já começou. Mas, esse aparato trágico, é para recepcionar os professores do Movimento Educação e Justiça, que programaram uma passeata até as portas do Palácio Iguaçu, onde estão encastelados os “iluminados” da tecnocracia paranaense.

General Ney Braga, ex-Ministro da Educação: ano passado, durante a passeata dos professores, assistimos a um espetáculo deprimente, com a tropa de choque cercando o Palácio e ostentando o que existe de mais moderno na indústria bélica nacional. Será que o senhor é daqueles que confundem o brilho das estrelas com o brilho das idéias?

General Ney Braga, ex-Ministro da Educação: por que não trocar o aparato bélico-repressivo pelo diálogo? Ou será que a condição de interventor, de governador-biónico do Paraná faz com que o senhor busque refúgio nos mais escuros gabinetes do Palácio?

General Ney Braga, ex-Ministro da Educação: o senhor, com seu passado social-democrata-cristão, que todos sabemos bem, apoiou o golpe de 64 para não cair no ostracismo e que desde então vem servindo, de forma não muito digna, aqueles que entregam o País na bandeja, para o lauto jantar dos imperialistas, será que está a preparar o cenário para o seu último canto?

General Ney Braga, ex-Ministro da Educação: o senhor, em passado recente, iluminou-se da herança hitlerista, incinerando livros que só interessavam a leitura dos seus assessores, como um verdadeiro coveiro, enterrando palavras, idéias e tudo o que poderia fazer aflorar a ânsia nacional pela libertação. Será que todo esse aparato policial preparado para receber aqueles que só possuem a arma da sabedoria, seria uma forma de remexer aquela ficha da memória, que o leva nostalgicamente aos tempos de caserna?

General Ney Braga, ex-Ministro da Educação: será que a lembrança daqueles tempos de caserna o levam a concluir novamente, como já o fez em passado recente, que o Legislativo também deve ser policiado? Só u’a mente desatualizada pode aceitar que policiais armados cerquem este Poder, exigindo que até parlamentares, munidos da legitimidade do voto popular, mostrem sua carteira de identidade? Afinal, esse cerco policial será o prenúncio de tempo nublado, sujeito a chuvas, trovoadas e bordoadas?

General Ney Braga, já é hora de acabar com essas demons-

trações de força.

Os tempos mudaram, General.

Mudaram porque as forças populares o quiseram.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. FUAD NACLI — Sr. Presidente, pela ordem, requeiro a Vossa Excelência a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e procederá a chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal).

Responderam a chamada 26 Srs. Deputados.

Há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos Scarpelini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta Casa está votando u’a matéria que autoriza o Poder Executivo Estadual a doar uma verba no valor de seis milhões de cruzeiros, que será destinada à ajuda do Estado para o Memorial JK, em Brasília.

Seria esta a maneira que o Paraná encontrou para homenagear o ex-Presidente da República? Seria esta a maneira que os homens do Governo entendem ser a melhor, para homenagear aquele que foi cassado, que foi torturado psicologicamente pelos órgãos de repressão pós-Revolução de 64, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando veio a falecer o então ex-Presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira, entendemos de propor a esta Casa um projeto de lei que denominava a Usina Foz do Areia, Usina Presidente Kubitschek; esse projeto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, teve um trâmite um tanto acidentado, tanto na parte do Legislativo como na parte do Executivo, porque naquele tempo ainda não estava na moda a volta da memória de JK.

Após ter sido aprovado por esta Casa, o projeto foi ao Poder Executivo para sanção, mas Sua Excelência o Governador do Estado não vetou mas também não sancionou, e aquilo que a Constituição diz, ficou apenas no papel; o projeto permaneceu lá por mais de um ano, engavetado no Palácio Iguaçu, porque, como eu disse, ainda não se sabia qual seria o pensamento do Presidente da República a respeito de JK.

Hoje, volta a se homenagear JK, doando seis milhões de cruzeiros para a construção do Memorial, em Brasília. O projeto voltou sem a sanção, como também voltou sem veto.

Esta Casa, através dos poderes que a Constituição lhe confere, promulgou a lei, e a Usina de Foz do Areia passou a se denominar Juscelino Kubitschek de Oliveira; dois dias depois, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Poder Executivo Estadual mandava para cá um projeto de lei alterando o nome da Usina Juscelino Kubitschek de Oliveira, para Usina Bento Munhoz da Rocha, e hoje, esses que vetaram, esses que esconderam o projeto que iria homenagear o povo do Paraná, porque o Paraná seria homenageado se tivesse denominado uma de suas usinas, Juscelino Kubitschek, esses mesmos, hoje, pretendem doar para a construção do Memorial JK, a quantia de seis milhões de cruzeiros.

Não se encontra verba para ajudar as crianças pobres que estão passando fome neste Estado; não se encontra verba para resolver o problema dos inativos, do professorado; não se encontra verba, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para se construir asilos de velhos, mas se encontra verba agora para fazer média com o atual Presidente da República, que se revelou também um grande admirador de Juscelino Kubitschek de Oliveira, depois de morto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de perguntar: — Que fortaleza é esta deste Governo, que ontem não deixava Juruna sair do País? Tinha medo do índio, hoje se faz um



aparato para não deixar o professor entrar à praça que circunda o poder de decisão do Estado.

Gostaria de perguntar: onde está a sustentação deste Governo? No povo não está, nos intelectuais não está, no trabalhador não está e na Igreja também não está.

Resta-me apenas dizer aquilo que outro dia se viu na televisão:

— Vai comprar carne de chapéu? Ora, vá de quepe! Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nestor Baptista. (Declina).

Encerrado o Pequeno Expediente.

Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi.

Estando ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

Tendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Cotrim.

O SR. ANTÔNIO COTRIM — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje venho a esta tribuna para me referir ao tema do desemprego, um dos mais graves problemas sociais de nossa época, e que atinge, indistintamente, países pobres ou ricos; subdesenvolvidos ou industrializados, muito embora, nestes últimos, os instrumentos de apoio social existentes venham a criar situações mais aflitivas, porém temos conhecimento que, com tal estrutura, o infortúnio está presente, pois os indicadores de desemprego superam em muito as estruturas ora existentes. Damos como exemplo a Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha, e tantos outros países desenvolvidos.

No Brasil, País que não podemos afirmar como subdesenvolvido ou industrializado, sem dúvida o infortúnio se faz presente também, em proporções elevadas.

É do conhecimento dos nobres Deputados que estamos convivendo com o fenômeno de acelerada urbanização, e assistimos a transferência constante e crescente da pobreza urbana, especialmente em direção aos grandes centros.

O quadro atual do Brasil, que tem uma população ativa de 40 milhões de pessoas, das quais 17 milhões ganham até um salário mínimo, e cinco milhões, aproximadamente, não têm qualquer tipo de rendimento. É este o quadro atual no que se refere ao nível de renda.

É bom lembrar que 15 milhões de irmãos brasileiros se ocupam do trabalho em zona rural, vivendo em condições rudimentares.

Os outros 25 milhões trabalham em zona urbana, lutando em sua maioria expressiva, para não perder o precário emprego que tem.

Quanto à distribuição setorial, o Brasil possui cerca de 35 por cento da população economicamente ativa que ainda depende diretamente das atividades agrícolas; 13 por cento trabalha na indústria de transformação; sete por cento na construção civil; um por cento em outras atividades industriais; nove por cento no comércio; catorze por cento em serviços; quatro por cento em transporte e comunicações; seis por cento na área social; três por cento na administração pública e oito por cento em outras atividades.

Para complementar, quero informar aos nobres Deputados que as PEQUENAS EMPRESAS empregam 50,3 por cento da mão-de-obra ativa, as MÉDIAS EMPRESAS absorvem 15,1 por cento e as GRANDES EMPRESAS com 34,6 por cento, isto a NÍVEL NACIONAL, e no Paraná, 80 por cento das empresas absorvem até dez Recursos Humanos por unidade.

A geração de empregos mantém estreita relação para o crescimento da economia; e com a política de controle à inflação e da busca de equilíbrio do Balanço de Pagamento, PARECE possível perseguir taxas menores de crescimento, sem

prejuízo da criação de novos empregos necessários, desde que se atente para a otimização da relação investimentos/empregos.

Pela complexidade do quadro que acabo de relatar, sentimos necessidade de políticas específicas para cada um dos segmentos e grupos sociais cuja somatória deverá ser para todos os brasileiros.

Mas, enquanto reivindicamos soluções de ordem estrutural, temos que agilizar os instrumentos de que dispomos para minorar a situação existente.

Enquanto não temos, ou não encontramos solução para as causas, temos que atenuar os seus efeitos, procurando abrir novas frentes de trabalho.

E o Paraná não tem sofrido o problema com a gravidade que ele apresenta em outros centros do País, mercê das próprias características de seu desenvolvimento econômico, com um significativo crescimento industrial nas últimas décadas, sem concentração setorial que inviabilize a sua própria sobrevivência.

O Governo do Paraná neste momento histórico que atravessamos, procura instrumentos de análise e ação, que facilitem a identificação dos problemas básicos de nossa população e que possibilitem o uso mais racional dos recursos disponíveis, com vistas à aceleração do desenvolvimento social e econômico, que são interligados e dependentes um do outro, assumindo sua parcela de responsabilidade pela manutenção do estilo de vida do povo paranaense.

SENÃO VEJAMOS:

- abastecimento de água e esgotos sanitários;
- atendimento ao adulto carente;
- energia elétrica, eletrificação rural;
- habitação, assistência técnica ao pequeno produtor rural, regularização fundiária;
- assistência técnica às Micro-Empresas;
- Apoio financeiro aos municípios — segurança pública, educação, conservação de rodovias, merenda escolar, vacinação, acesso às telecomunicações, assistência ao menor e tantas outras realizações.

Integrado ao esforço do Governo do Paraná, está o empresário paranaense, as Federações, os Sindicatos, e somente unidos é que podemos viabilizar o nosso desenvolvimento.

Paralelamente para que haja um desenvolvimento regional mais harmônico, evitando assim o fluxo migratório, o Governo Ney Braga, em sua preocupação constante em garantir emprego a este formidável contingente de mão-de-obra que a cada ano se incorpora ao mercado de trabalho, tem desenvolvido junto à Secretaria da Indústria e do Comércio, tendo como titular o ilustre homem público, Fernando Fontana, instrumentos que poderíamos definir como infraestrutura social, para ordenação da Política Estadual de Preparação de Recursos Humanos.

Numa breve retrospectiva, apontamos que para a ordenação política estadual de preparação de Recursos Humanos no Estado, o Governo criou o Departamento Estadual do Trabalho — DETEPAR, pelo Decreto número 35, de 16 de março de 1979, estando acoplada à sua estrutura o Sistema Nacional de Emprego, órgão do Ministério do Trabalho, tendo como objetivos básicos:

- Cooperar no estudo, planejamento e formação de mão-de-obra paranaense;
- Planejar harmonicamente suas atividades, com vistas a contribuir tecnicamente para que se tenha uma situação satisfatória na geração de empregos e no índice de aproveitamento da mão-de-obra;
- Desenvolver os estudos necessários ao maior aproveitamento dos recursos humanos das comunidades paranaenses;
- Favorecer iniciativas de empresas comunitárias e incentivar o trabalho artesanal;
- Organizar um cadastro dos trabalhadores e das firmas



empregadoras;

— Orientar e encaminhar os trabalhadores, junto aos órgãos competentes, quanto à identificação profissional pré-fixada em lei;

— Efetuar estudos e pesquisas sobre dinâmica ocupacional, educação sanitária do trabalhador, prevenção de acidentes e doenças profissionais;

— Pesquisar e analisar o mercado de trabalho, formação, treinamento, aperfeiçoamento de mão-de-obra, recrutamento, seleção e encaminhamento de pessoal;

— Propagar métodos de higiene e segurança do trabalho;

— Cooperar com outros órgãos na realização da fiscalização no cumprimento das disposições da lei e diretrizes que asseguram a higiene e segurança dos locais de trabalho;

— Promover palestras, cooperar e orientar a formação de comissões de prevenção de acidentes (CIPAS), bem como estudar medidas supletivas do Estado no setor;

— Promover medidas de apoio, orientação e assistência ao trabalhador;

— Proporcionar através de programas regionais especiais, o recrutamento e treinamento técnico de trabalhadores face a demanda;

— Formar o trabalhador para a liderança sindical pela cultura social;

— Proporcionar assistência e orientação ao trabalhador, mormente no setor sindical e cooperativo;

— Proporcionar orientação trabalhista e a realização de certames intersindicais;

— Manter o registro e o cadastro de todas as entidades sindicais existentes no Estado;

— Cooperar permanentemente com as entidades sindicais, colaborando com elas no atendimento de seus objetivos e finalidades;

— Fomentar o cooperativismo sindical;

— Orientar quando solicitado, assistência técnica e jurídica aos sindicatos;

— Outras atividades correlatas.

Complementa-se com os objetivos básicos o Sistema Nacional de Emprego — SINE, que compreendem as seguintes tarefas:

— Organizar um sistema de informações e pesquisas sobre o mercado de trabalho;

— Implantar serviços de intermediação adequada dos recursos humanos, encaminhando-as de acordo com as necessidades da oferta de trabalho;

— Propiciar informações e orientação ao trabalhador quanto a escolha de seu emprego;

— Prestar informações às instituições absorvedoras de mão-de-obra;

— Fornecer subsídios ao sistema educacional e ao sistema de formação de mão-de-obra para a elaboração de suas programações;

— Realizar estudos sobre alternativas de geração de novos empregos, para aumentar o número de postos de trabalho.

Trago para o conhecimento da Casa, alguns dados estatísticos das realizações do DETEPAR e do SINE:

DETEPAR em 1980, atendeu 3.940 pessoas, em 1981, está previsto o atendimento de 12.830 para os cursos profissionalizantes.

Quanto ao Sistema Nacional de Emprego — SINE, implantado no Paraná de julho de 1977 até agosto do corrente ano, foram cadastrados 5.561.240, que procuram o órgão e foram encaminhados às empresas 371.488 pessoas, sendo admitidas pelas empresas, 207.341 pessoas.

Outros órgãos foram criados para racionalizar e dinamizar a política sócio-econômica do Estado do Paraná, podemos citar: Conselho Estadual de Mão-de-Obra — CONSEMO; Coordenadoria de Desenvolvimento Industrial — CODIN; Coordena-

doria de Desenvolvimento Comercial — CODEC; Conselho Consultivo da Política Industrial e Comercial do Paraná e outras que vêm ao encontro das necessidades do Paraná.

Tenho certeza que o assunto que ora trago à Casa, é do conhecimento dos nobres Deputados, e estou certo que tal assunto deve ocupá-los e preocupá-los, porém, com sua parcela de responsabilidade, saberemos levar a bom termo, para o bem do Paraná e do Brasil.

Hoje, pensamos cuidadosamente em novas fórmulas, e elas irão de surgir para que o Paraná continue a trilhar seu desenvolvimento para o bem-estar do nosso povo, prova disso é a realização do Seminário Sobre Desemprego no Paraná, realizado nesta Assembléia.

O Sr. Nestor Baptista — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento).

Apenas queria aproveitar a oportunidade para informar que o Partido do Movimento Democrático Brasileiro vem realizando, nos dias de ontem e hoje, um encontro para apurar as causas do desemprego em todo o Estado do Paraná. Para isto, tem convidado e convocado as mais expressivas autoridades nos diversos setores de atividades profissionais do Estado.

Tivemos ontem, a oportunidade de receber um representante do Sindicato da Construção Civil, o Presidente da Federação do Comércio, Egídio Pereira, o Presidente da Federação dos Trabalhadores do Comércio.

Recebemos, na manhã de hoje, aqui na Assembléia Legislativa, inclusive seu Partido se fazia representar naquela oportunidade pelo Deputado Gabriel Sampaio, o Presidente da AECIC, ou seja, Associação dos Empresários da Cidade Industrial de Curitiba. Também esteve aqui o Presidente da FAEP, Mário Stadler de Souza. Enfim, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro vem tendo uma preocupação muito grande com o problema do desemprego.

Tivemos também o representante dos trabalhadores da Indústria do Estado do Paraná, Mathias Martins, trazendo hoje para esta Casa no encontro que mantivemos pela manhã, dados simplesmente estarrecedores da situação que vivemos hoje.

Tivemos mais de dez mil desempregos de janeiro deste ano até o dia de ontem, 29 de setembro. Uma média superior a mil perdendo o emprego por mês, somente no setor de indústria, em nossa Curitiba.

Há uma preocupação muito grande; são mais de 50 pessoas, todos os dias, desempregadas. Lamentavelmente várias entidades que compareceram neste encontro promovido pelo PMDB, não trouxeram números estatísticos; mas a FAEP, também trouxe uma das grandes preocupações e um dos grandes responsáveis pelo atual desemprego e pela mão-de-obra ociosa que temos em todo o Estado: é a política praticada pelo Governo que, em determinada época, pagou para que se arrancasse o café. Logo depois, sentindo que havia feito um trabalho errado e que havia prejudicado grandemente a sociedade paranaense e grande parte da sociedade brasileira, pagou para que se plantasse o café.

Por isto, criou-se o bóia-fria, criaram-se as favelas nas grandes cidades, e hoje temos um contingente alarmante em todas as grandes cidades do Paraná.

Em Maringá, já se sabe que o setor industrial atravessa uma fase das mais desesperadoras. Em Londrina acontece o mesmo. Em Ponta Grossa acontece o mesmo, com o desemprego batendo às portas das famílias, e em Curitiba temos um problema, volto a repetir, dos mais alarmantes, com somente nas indústrias, mais de mil desempregados todos os dias, e fora as entidades que deixaram de trazer as estatísticas.

Mas o DIEESE vem trabalhando para fazer com que todos nós tenhamos acesso às informações necessárias. Por isso mesmo é que o PMDB realizou este encontro, para que as soluções fossem trazidas e para que não deparemos com um mal muito

maior que está próximo porque o desemprego está batendo às portas de todo cidadão brasileiro.

Muito obrigado por sua atenção e também os nossos cumprimentos pelo momentoso assunto que traz a essa tribuna.

O SR. ANTÔNIO COTRIM — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, que enriqueceu inclusive com dados das reuniões que estão sendo realizadas, e digo ao nobre Deputado que a preocupação com o desemprego — embora este seminário esteja sendo promovido pelo Partido da Oposição — não é apenas do PMDB, partido de Vossa Excelência, é nossa também, é de todos nós.

E, nesse pronunciamento, deixamos claro que há de encontrar uma fórmula, que não será apenas com reuniões, não será apenas com debates, nós haveremos de encontrar uma fórmula concreta para concluir no final, que essas são as medidas que devem ser tomadas, para acabar com o desemprego no Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa consulta à Liderança do PDS, se deseja usar do horário que lhe é reservado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, usará da palavra o Deputado Airtton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Paraná inteiro sabe que neste momento, num prédio público, cedido pelo Governo do Estado, os senhores membros da docência paranaense fazem uma Assembléia Geral.

Esta assembléia, tem a finalidade de também estudar um documento que foi elaborado por esta Casa, na Comissão de Educação, com a presença de lideranças do magistério e de quatro Srs. Secretários de Estado.

Sabemos também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que está programada, para depois desta assembléia, uma passeata dos professores paranaenses que se encontram reunidos, neste momento, no Ginásio do Tarumã, cedido pelo Governo do Estado, para a realização desse encontro.

E estamos aqui nesta tribuna, Sr. Presidente, para, em nome da bancada do Partido Democrático Social, solicitar de Vossa Excelência, particularmente, as providências que se fizerem necessárias para que haja uma desativação do policiamento que foi montado ao redor da área do Centro Cívico.

Pedido que formulamos por várias razões, Sr. Presidente. A primeira delas, porque não colocamos em dúvida, nem a urbanidade, nem a civilidade e nem a boa educação dos mestres que se encontram reunidos nesta assembléia geral.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque acreditamos com toda a sinceridade, que a democracia deve efetivamente comportar, movimentos reivindicatórios. É verdade que nesse caso, temos conhecimento pessoal e político, de que todas as negociações que o Governo do Estado poderia promover, ele as promoveu com toda a legitimidade e com todo o interesse para resolver o impasse.

Da mesma forma, como nós sentimos a compreensão das lideranças do magistério que estiveram presentes nesta Casa, por várias horas consecutivas, discutindo com os Deputados e com os Secretários de Estado, todas as alternativas, para que se encontrasse uma solução favorável. Solução esta que eu creio, será encontrada nesta assembléia que se realiza precisamente neste momento, no Ginásio do Tarumã. E cujo final está previsto, segundo informações, para dentro de no máximo, 60 minutos.

Já se sabe que existe um equilíbrio de opinião entre os membros da assembléia, e como já se sabe que há muitos setores do magistério que compreendem perfeitamente que, o que

foi oferecido, é o que o Governo pode oferecer nos dias de hoje.

Além disso, ainda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaríamos de trazer uma informação nova para esta Casa, pois que o Governo do Paraná, que dá um passo ainda neste ano de 1981 para a concessão do reajuste semestral dos salários, concedendo aumento a partir do mês de outubro, já através da área financeira e econômica e da área de recursos humanos, estabeleceu como consenso a necessidade de, no próximo ano de 1982, conceder um aumento antes do mês de outubro, o que significa uma evolução importante para que tenhamos os reajustes semestrais que são, sem dúvida alguma, justificáveis, sociais e humanos.

Se houver tempo ainda, Sr. Presidente, além de solicitarmos estas providências da Presidência, junto ao comando da Polícia Militar do Estado para que desative este policiamento ostensivo que cerca esta Casa, formulamos um apelo aos mestres do Paraná para que retornem às aulas com a mesma grandeza, com que se concordaram nos dias de hoje, ensinando e educando nossas crianças.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa quer apenas informar aos nobres Deputados e demais Membros desta Casa, que por diligência desta Presidência junto aos órgãos de segurança, toda a área que circunda o Centro Cívico já foi desativada, e está toda liberada.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Agradecemos, Sr. Presidente, porque chegamos a esta Casa há questão de 15 minutos, e observamos ainda o policiamento ostensivo no Centro Cívico.

Agradecemos a informação de Vossa Excelência.

O Sr. Nestor Baptista — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento).

Permito-me também, nobre Deputado Airtton Cordeiro, de cumprimentar o Presidente pela medida tomada, mas apenas me reportar a um fato que deve ter acirrado os ânimos inclusive no período da manhã de hoje, propriamente na hora do almoço, entre 12 e 13 horas, quando, lá no Ginásio do Tarumã, onde se realiza a assembléia dos professores, foi levada através dos policiais a informação de que seria impedida a passeata e que seria impedida também, a concentração defronte ao Palácio Iguaçu.

Tenho a impressão que, no calor do debate, na expectativa de encontrar melhores condições para o professorado, esta informação foi colocada em péssima hora e, por isso mesmo, provocou por parte dos professores, ânimos mais acirrados e, lamentavelmente, tivemos todo o Centro Cívico sofrendo um bárbaro cerco, fazendo com que todos temêssemos, não pela integridade dos policiais, obviamente, mas pela integridade dos próprios professores que foram ameaçados, eles que estão tentando, pacificamente, poder encontrar solução para o seu movimento.

Era isso, e muito agradecido pelo seu aparte.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Além de agradecer o aparte de Vossa Excelência, devo mencionar que não acredito que a polícia pudesse se utilizar de qualquer violência contra os nossos professores, o que nos entanto nos atormenta, nos aborrece, nos incomoda, e porque não dizer, nos magoa, é a presença do aparato policial para prevenir, quem sabe, qualquer tipo de tumulto nesta Assembléia, como não acreditamos no tumulto, é que fazemos este apelo à Presidência desta Casa.

O Sr. Lineu Turra — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento) Quero aproveitar a oportunidade em que o Deputado Airtton Cordeiro comunica e solicita da Presidência providências para que seja desativado este aparato policial,

que cerca inclusive o prédio da Assembléia Legislativa, já de início do funcionamento desta Casa, tivemos a oportunidade de trazer ao conhecimento do Presidente e indagar se havia uma solicitação da Mesa no sentido de que a ALE tivesse este cerco policial.

Infelizmente não tivemos uma solução satisfatória do problema, porque parece-me, como Vossa Excelência bem afirmou, até há 15 minutos, quando adentrou esta Casa, ainda se fazia presente este aparato policial.

Naturalmente, agradecemos na oportunidade, ao Presidente, pela comunicação que fez, que foi desativado há poucos instantes o aparato policial.

Mas acho, Deputado Airton Cordeiro, e quero nesta oportunidade, fazer um apelo à Presidência, para que não permitisse que se fizesse cerco na entrada da ALE, como tem acontecido freqüentemente. Os Deputados têm sido molestados, tive que me identificar.

Acho que devemos ter livre acesso, aqui é a Casa do Povo, não há necessidade de identificação, mas se for preciso, somente para entrar neste recinto.

Isto poderia ser feito, mas nem isto se faz aqui porque temos confiança no povo, aqui é a Casa do Povo. Para que se fazer cerco na entrada do prédio, nas ruas que dão acesso ao prédio, como tem acontecido, com constrangimento?

Tive que desviar minha rota, pegar um congestionamento de trânsito, para poder chegar aqui. Se tivesse horário para aqui chegar, estaria atrasado. Não pode acontecer estas coisas. Tem que haver um pouco mais de respeito.

Quando for necessário se fazer isso, que seja por solicitação do Presidente, e jamais por determinação do Sr. Governador, porque este é um Poder independente, e devemos fazer com que este Poder seja respeitado, assim como respeitamos a área do Poder Executivo.

Agradeço o aparte.

O SR. AIRTON CORDEIRO — O agradecimento é meu.

E concluo, Sr. Presidente, louvando mais uma vez, as providências de Vossa Excelência, que demonstra todo o preparo que tem para presidir o Poder Legislativo do Estado do Paraná, ao mesmo tempo em que reitero o nosso apelo, de todos quem sabe, do PDS, para que os professores retomem as suas atividades.

Entendam que o Governo do Estado fez o que era preciso fazer, e que a educação do Paraná deixe o colapso em que se encontra, para restaurar a sua trilha normal de atividades.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Consulto a Liderança do PP, se deseja usar da palavra.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Indubitavelmente o tema já foi devidamente debatido durante a sessão de hoje. Nós que chegamos a esta Casa alguns minutos antes do início previsto para a sessão ordinária, também fomos surpreendidos, quase que assustados, ao verificar o ostensivo e gigantesco aparato que se fez, inclusive — e aqui quero confirmar depoimentos de vários Deputados da Oposição — de que exigiu-se do Deputado a apresentação de sua identidade, para que pudesse ter acesso a esta Casa Legislativa.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Tumulto) (Soam os tímpanos).

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra, o Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, confesso que o fato que acabo de presenciar me deixa tão encabulado, tão

chocado, tão desestimulado, que vou pedir permissão a Vossa Excelência para declinar da palavra, porque, talvez o meu silêncio, possa dizer mais que minhas palavras.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa consulta a Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. DARCY DEITOS — Usará da palavra, Sr. Presidente, o Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando ainda há pouco chegava a esta Casa, confesso que levei um grande susto. De imediato pensei: houve um golpe de Estado.

De fato, vendo todo o Centro Cívico tomado, todos os prédios do Centro Cívico fortemente protegidos pela Polícia Militar, com o trânsito sendo desviado dessas imediações, pensei que, mais uma vez, a noite do arbítrio descia sobre o nosso País. Essa foi minha primeira reação. Outra hipótese, no entanto, me ocorreu: algum atentado? A visita inesperada de alguma alta personalidade da República? Teria o Presidente Figueiredo uma recaída? Entrara o Brasil em guerra com algum vizinho? O Governador teria ficado repentinamente doente?

Enfim, diante desse aparato, da truculência desse aparato, alguma coisa de grave deveria ter acontecido. Senão, como justificá-la?

Nada disso, na verdade, acontecera. Todo esse aparato nada mais era que a comissão de recepção aos professores paranaenses, preparada pelo ex-Ministro da Educação e atual Governador Ney Braga.

Hoje pela manhã, reunidos em assembléia estadual, os professores — além de manterem a greve há 17 dias deflagrada — decidiram promover uma caminhada, uma pacífica caminhada da Praça Santos Andrade ao Palácio Iguaçu. Uma caminhada em defesa do ensino, em defesa da educação e de suas justas reivindicações. Uma caminhada de protesto, para explicar à população porque a greve continua. Uma caminhada de denúncia das precárias condições de ensino no Estado. Uma caminhada de denúncia dos baixos salários que recebem.

E como o ex-Ministro da Educação responde? Responde com os métodos, com a pedagogia largamente utilizada neste País nos últimos 17 anos. Responde com a única linguagem, com a única frase, com os únicos métodos que esse regime sabe. Responde mandando cercar o Centro Cívico. Responde com a intimidação, responde com a repressão à reivindicação de melhores salários, de melhores condições de ensino, de uma aposentadoria que permita uma vida mais digna, depois de tantos e tantos anos dedicados ao ensino, o ex-Ministro da Educação manda a polícia dialogar com os professores.

Quando Bento Munhoz da Rocha Netto inaugurou o Palácio Iguaçu, ele disse que mandara colocar todas essas enormes janelas de vidro em frente do Palácio, para que o povo pudesse vigiar seus governadores trabalhando. Hoje, quando o Governador Ney Braga se esconde dos olhos do povo por detrás de seu aparato militar, dos guardas que, de cassetetes em punho esperam os professores, porque ao Governador não resta outro argumento que o da própria incivilidade, que a demonstração crua de sua impossibilidade de governar por outros meios que sejam os da utilização da força.

O velho chefe de polícia, o General da reserva, travestido durante tantos anos de liderança civil e democrática, nada mais pode fazer hoje que vestir a farda do arbítrio. Quer voltar às origens de sua vocação, que tanto o identificaram com todos os movimentos militares e especialmente com aquele que fez deste País, durante estes 17 anos, a Pátria manchada com o sangue de seu povo nos porões da tortura.

O General Ney Braga comanda, por detrás das paredes

de vidro do palácio, seus soldados, com seus cassetetes, seus cães, suas bombas de gás lacrimogêneo. Esta a imagem de nosso Governo. De outro lado, avançam os professores que de armas trazem apenas seus conhecimentos, sua fé na educação, seu saber. E nas mãos, uma pauta de reivindicações que são a aspiração de um povo por um ensino mais digno, por uma educação melhor, por condições de trabalho que lhes devolvam a dignidade de mestres.

O que podem os mestres contra o General, os seus soldados, seus cães, suas granadas? Podem os mestres rasgar o manto da farsa democrática e revelar por detrás dos vidros do Palácio o outono do General comandando mais uma batalha contra o povo.

Cercou o Centro Cívico, sitiou até mesmo o espaço deste Parlamento e pôs seus guardas a caminhar em nosso pátio. Quer o General controlar e comandar todos os que se utilizam da palavra, do discurso, das idéias e acreditam em sua força, através das armas da ignomínia.

Está aí senhores, o democrata Ney Braga.

Está aí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o argumento deste Governo que outra coisa não pode e não sabe dizer ao povo. Sabe apenas impor o sabor amargo da repressão pela força das armas.

Este é o educador Ney Braga, ex-Ministro da Educação, que nos ensina que os meios do diálogo com o Governo são esses que ele apresenta aos professores que reivindicam.

Desfez-se a fantasia. Rasgou-se o manto.

Por detrás dos vidros do Palácio apenas o General, seu arbítrio e sua vocação de início de carreira.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados que gostaríamos de trazer nesta tarde, numa tarde de frio, numa tarde cinzenta principalmente pelo quadro que aqui foi pintado, mais uma vez para entristecer a vida do povo do Paraná, repetindo o que acontecera há não muito tempo, quando de um outro movimento semelhante a este, este Centro Cívico fora tomado pelas forças militares do Governo do Estado.

**O Sr. Nelson Friedrich** — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento).**

Deputado José Tavares, o brilhantismo da sua exposição, dispensaria a nossa intervenção, mas ela se faz necessária para memorizar ou até rememorar o próprio vice-Líder do PDS, Deputado Gabriel Sampaio que, numa questão de ordem, quando falava no Pequeno Expediente, o Deputado Darcy Deitos, dizia que era mentira, enganosa a colocação de que estavam aí homens da Segurança ou da repressão, com baionetas e algo mais. Para restabelecer a verdade e mostrar que quem estava enganado era o próprio Deputado que fizera aquela questão de ordem, é preciso dizer que em primeiro plano o Deputado Darcy Deitos fez uma colocação até certo ponto simbólica, falando na questão da primavera que aqui no Paraná, parece que há como predisposição, não as flores, mas a baioneta e dizer mais. Que não é de grande surpresa para nós esse tipo de comportamento, porque ele tem alimentado os momentos críticos de qualquer situação dos últimos 17 anos. É assim que se impôs a questão, é assim que se fez deste País o que é hoje neste último período e digo mais especialmente ao Deputado Gabriel Sampaio que talvez nós estejamos e muito bem colocou o Deputado Darcy Deitos e os demais que foram à tribuna falar sobre este assunto, evitando o pior, e não conseguindo nos impedir de outra maneira. Que se faça até um escândalo sobre isso, porque não podemos esquecer que no ano passado, cães amestrados e um aparato dos mais preparados que já se viu neste Centro Cívico ou em Curitiba, se colocou também para receber o professor. Portanto, o ex-Ministro da Educação e Cultura, no caso específico, já fez tradição e este ano pretende repetir. Ora, não há grandes surpresas. É assim que a força age sobre as idéias.

Muito obrigado.

**O SR. JOSÉ TAVARES** — Agradeço o aparte do Deputado

Nelson Friedrich e me permitiria dizer o seguinte: que realmente eu me assustei quando aqui cheguei, primeiro pelo número de policiais armados de cassetetes e sei que também de bombas de gás lacrimogêneo, porque a Polícia Militar quando comparece em praça pública, com esses objetivos, ela usa de todos os meios que dispõe. Mas mesmo assim eu me indaguei: será que tudo isso é para evitar que os professores, muitos dos quais, senhoras de idade, com filhos inclusive, venham até o Centro Cívico? Eu disse para mim mesmo: não é possível.

Porque nós estamos cansados de saber que o povo clama por melhores condições de segurança, diante da escalada criminal que gera e traz uma intranquilidade espantosa a todos nós, e esta Polícia que deveria ser tão eficiente quanto é para intimidar mães, pais, crianças, deputados, não se vale das suas condições para dar ao povo, o mínimo de segurança que ele tem direito, diante da onda de violência que assola este nosso Paraná.

Então é um contrasenso a gente deparar diante de um quadro com centenas de policiais para que? Para tentar intimidar ou até quem sabe, usar de sua força contra os mestres, professores, dos filhos dos soldados que estão nas ruas. Professores dos filhos dos oficiais militares? Não é possível, isto, realmente, me parece que é o fim. E nós Deputados, representantes legítimos do povo, não podemos de forma alguma, permitir que esse estado de coisas continue a existir, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (João Mansur)** — A Mesa informa ao nobre orador, que resta um minuto para o término de sua oração.

**O SR. JOSÉ TAVARES** — E é por esta razão que viemos a esta tribuna em nome de minha bancada, para registrar aqui a nossa estranheza, diante deste quadro negro que infelizmente nós estamos a assistir toda vez que professores, operários, trabalhadores, inclusive com barrigas vazias, estudantes, saem às ruas, para reivindicar melhores condições de vida, para reivindicar melhor salário, para sobreviver. Não é possível que nós que, sempre que precisamos, vamos ao povo pedir votos, possamos compactuar, permitir, que o Estado, através de seu poder, venha a intimidar, a botar medo, a usar com arbítrio, para tentar calar a voz daqueles que, não tendo outro caminho, se valem da greve, como único instrumento, capaz de conseguir novas conquistas para si e para a sua família.

**O Sr. Gabriel Sampaio** — Vossa Excelência permite um aparte?

**O SR. PRESIDENTE (João Mansur)** — A Mesa lamenta informar Vossa Excelência que o tempo que Vossa Excelência tinha está esgotado.

**O SR. JOSÉ TAVARES** — Peço escusas ao Deputado Gabriel Sampaio.

**O SR. PRESIDENTE (João Mansur)** — A Mesa consulta à Liderança do Partido Trabalhista se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

**O SR. GABRIEL SAMPAIO** — **(Pela ordem)** — Sr. Presidente, eu peço a palavra para uma comunicação importante.

**O SR. PRESIDENTE (João Mansur)** — Desde que Vossa Excelência indique.

**O SR. GABRIEL SAMPAIO** — O Regimento prevê um artigo,

eu pediria ao Sr. Secretário da Mesa que me socorresse, indicando o artigo do Regimento que prevê a interrupção para uma comunicação.

O Deputado Fidelcino Tolentino diz que é o artigo 97 e eu acredito nele.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) — O Regimento Interno desta Assembléia, não prevê comunicação de urgência, como prevê por exemplo outras Assembléias, como por exemplo a do Rio Grande do Sul.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, gostaria de saber do Líder do PMDB que indique o artigo do Regimento Interno.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, gostaria de saber qual é o artigo invocado pelo nobre Deputado do PMDB, para solicitar a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa solicita do Deputado Gabriel Sampaio que indique outro, porque o artigo 98 diz o seguinte: (lê). “o presidente não poderá recusar a palavra ao Deputado que a solicita pela ordem, mas poderá cassá-la, desde que o orador não indique desde logo o artigo regimental que está sendo desobedecido, na marcha dos trabalhos.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Peço a Vossa Excelência, Sr. Presidente, gostaria de dizer o seguinte:...

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, indagaria ao Deputado Gabriel Sampaio, que informasse o que é o Artigo 86, § 2.º. E que permita que os Srs. Deputados, façam comunicados urgentes, e que o Presidente daria condições da palavra.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa de que o Artigo 86, § 2.º diz o seguinte: desde o momento em que deixar de falar o orador inscrito para a hora do expediente, até o início da ordem do dia, poderão usar da palavra, 10 minutos no máximo, os Deputados que tiverem projetos, indicações ou requerimentos a fundamentar, ou comunicações a fazer.

A Mesa concede a palavra para a comunicação de Vossa Excelência deseja fazer.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Gostaria de dizer o seguinte, Sr. Presidente, em primeiro lugar, em função dos discursos feitos veementes, inflamados e demagógicos, da tribuna da oposição, em que não se levantou a mão contra ninguém, não se impediu a ninguém de fazer nada, democraticamente, foi feito e considerado uma passeata normal e legal, os países desenvolvidos do mundo inteiro, Sr. Presidente, colocam um policiamento ostensivo nas ruas, em qualquer tipo de passeatas das maiores democracias do universo, ninguém ofendeu e machucou ninguém. Por isso, Sr. Presidente, em função desses fatos o policiamento já foi retirado das ruas e já não se encontra nenhum policial ostensivo guardando o Poder Legislativo e Executivo, do Estado do Paraná, para que se termine com a demagogia e se acabe com a encenação, Sr. Presidente, que vem sendo feita pelos Deputados da Oposição, na tribuna da oposição.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa agradece a comunicação que Vossa Excelência fez a este plenário e concede a palavra ao Deputado Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Acerca de menos de meia hora atrás, pedi e o Sr. Presidente concordou comigo, em que o Partido Popular usasse da tribuna no horário reservado às lideranças e deixasse o PTB usar a palavra por último no horário da Liderança. Explico por que. Com a comunicação do Sr. Presidente, de que o policiamento ostensivo havia ido embora e por curiosidade talvez, Sr. Presidente, Srs. Deputados, saí da Assembléia e fui dar uma olhadinha, para ver se realmente havia acontecido isso.

E que surpresa tive. Ao invés de ser ostensivo, estavam de tocaia, atrás do Palácio Iguaçu, cerca de 600 homens, lá atrás, sentados na grama. Esta é a verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados!

Talvez estejam guardando o Poder Executivo que tem medo, esta é a verdade!

Nas maiores democracias se coloca, meu caro Deputado, o policiamento para preservar, não para prender Deputado como quase aconteceu com o Deputado Gabriel Manoel, hoje; como quase aconteceu comigo, ao chegar na Assembléia, que um guarda qualquer, cumprindo o seu dever disse: “o Sr. não vai chegar nunca lá! Eu toquei o automóvel em cima.

Este é o Partido de Vossa Excelência!

É isto, Sr. Presidente, o que os Srs. sustentam, que me dá “nojo”, “nojo”, a verdade é esta.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Devo, agora, falar do que é sério, não do que é insincero e indecente, Sr. Presidente.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. ADALBERTO DAROS — Devo dizer a Vossa Excelência que não concedo aparte a nenhum político aqui nesta Casa, que faça parte e que sustente este homem que está no Palácio Iguaçu. Não concedo, Sr. Presidente!

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — (Pela ordem) — Art. 151, § 5.º do Regimento Interno.

É bem provável que o nobre orador, que muito “macho” disse ser, e que eu duvido, duvido muito que seja, e estou aqui para provar minha dúvida, que aqui nesta Casa só há político. E o orador que vai à tribuna e que tem como tese a proibição do uso da palavra por político, não devia nem estar aqui dentro desta Casa.

O SR. ADALBERTO DAROS — Mas estou e com a maior honra do mundo.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa lamenta informar ao nobre Deputado Quielse Crisóstomo que está com a palavra o Deputado Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — E eu concedo o aparte a quem quiser, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, gostaria, para encerrar, porque o que vem do lado de lá não adianta nada.

Assim, Sr. Presidente, para comunicar a esta Casa e dizer que a comunicação feita há pouco tempo atrás, não tem valor nenhum, Sr. Presidente. E dizer mais, que acho a reivindicação dos Srs. Professores muito justa; justa mesmo e acho mais uma coisa - o problema é meu, sou eu quem acho, se eu estiver errado o problema é meu - e dizer, que se vai fazer uma passeata, o Sr. Governador, que se diz um homem democrata, que os receba, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 49 Srs. Deputados.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito seja procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere. Solicito do Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (procede a chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE — Responderam a chamada nominal 43 Srs. Deputados.

Há “quorum” para deliberação.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 42/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 55/81 (Mens. Govern. n.º 61/81), que aprova os termos de convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os municípios adiante mencionados, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, visando a execução de obras constante do Plano Metropolitano de Investimentos. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 43/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 60/81 (Mens. Govern. n.º 66/81), que aprova o termo de convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, e o Município de Marechal Cândido Rondon, objetivando a aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura, na área industrial. — Aprovado.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 72/81, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mens. Govern. n.º 90/81), que concede aumento de vencimentos e abono provisório aos ocupantes de cargos de provimento efetivo e em comissão, aos integrantes da Polícia Militar do Estado e respectivo pessoal inativo, conforme específica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., por maioria, C.F. e C.R.H., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 84/81, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que autoriza o Poder Executivo a conceder, ao Memorial JK, um auxílio de até Cr\$... 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros), para sua construção em Brasília. — Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por maioria. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário no seguinte teor:

#### EMENDA SUBSTITUTIVA N.º 1

Ao Projeto de Lei n.º 84/81

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder um auxílio de até Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros) à construção do MEMORIAL JK, em

Brasília, e Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) para auxiliar o HOSPITAL DE CARIDADE DE PALMEIRA, na aquisição de móveis e utensílios e demais equipamentos para sua ala maternal.

Art. 2.º - A despesa decorrente da execução desta lei, correrá à conta da dotação própria consignada no Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1981.

(a) LINEU TURRA:

Apoioamento:

MÁRIO CELSO, NELTON FRIEDRICH, FIDELCINO TOLENTINO, RENATO BUENO, JOSÉ TAVARES e NESTOR BAPTISTA.

#### JUSTIFICATIVA:

O Hospital de Caridade de Palmeira, entidade de caráter filantrópico que presta assistência à pessoas carentes do município e região, vem passando dificuldades de ordem financeira e por isso mesmo sem recursos para investir no melhoramento das suas instalações.

Premida pelo afluxo de pessoas que procuram internamento, a sua Diretoria, num esforço ingente conseguiu financiamento para a sua ampliação, construindo uma ala maternal com 28 leitos, tendo atualmente 12 leitos, em condições precárias, inclusive de isolamento, servidos de um único sanitário. Concluída a obra, como se pode constatar pelas fotografias anexas, o seu funcionamento está na dependência de aquisição de equipamentos, bem como de móveis e utensílios.

Assim, colocada em funcionamento essa ala maternal, grandes serão os benefícios à comunidade que ali será atendida, sem necessidade das parturientes se locomoverem, como hoje acontece, a Curitiba ou Ponta Grossa, com grandes dificuldades, principalmente às pessoas de parques ou sem nenhum recurso.

Daí a razão e oportunidade do presente substitutivo.

#### EMENDA SUBSTITUTIVA N.º 2

Ao Projeto de Lei n.º 84/81

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder um auxílio de até Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) à construção do memorial JK, em Brasília e Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros) para auxiliar a FUNDESCAM - Fundação de Ensino Superior de Campo Mourão - na aquisição de móveis, utensílios e demais equipamentos para uso de laboratório, na faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Art. 2.º - A despesa decorrente da execução desta lei, ocorrerá à conta da dotação orçamentária própria consignada no Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1981.

(a) DARCY DEITOS.

Apoioamento:

LINEU TURRA, TADEU LÚCIO MACHADO, FIORI LUIZ e GILBERTO AGIBERT FILHO.

#### JUSTIFICATIVA:

A FUNDESCAM é a Fundação de Ensino Superior que atende a região de Campo Mourão, ou a Micro Região da COMCAM, e hoje atravessa uma crise financeira não podendo atender os justos reclamos dos seus estudantes, que carecem de laboratório para aperfeiçoarem seus conhecimentos.

Haja vista que a FUNDESCAM não teve no exercício que



está por se findar nenhuma verba no orçamento e nada mais justo que atender agora essa reivindicação.

### EMENDA SUBSTITUTIVA N.º 3

Ao Projeto de Lei n.º 84/81

- Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder um auxílio especial de Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros) para auxiliar o HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO NORTE DO PARANÁ, em Londrina, para a aquisição de equipamentos e ambulância para o Pronto-Socorro, passando tal setor a denominar-se "Pronto Socorro JK".
- Art. 2.º - A despesa decorrente da execução desta lei, ocorrerá à conta da dotação própria consignada no Orçamento Geral do Estado.
- Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
- Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1981.  
(a) FIORI LUIZ.

Apoiamento:

NELTON FRIEDRICH, FIDELCINO TOLENTINO, DARCY DEITOS, TRAJANO BASTOS, LINEU TURRA, PAULO CAMARGO e DÁCIO LEONEL.

### EMENDA SUBSTITUTIVA N.º 4

Ao Projeto de Lei n.º 84/81

- Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder um auxílio de Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros) ao Instituto de Câncer de Londrina, com sede e foro na referida cidade, passando o Setor de Estudos e Pesquisas do mesmo, a denominar-se "Juscelino Kubistchek."
- Art. 2.º - A despesa decorrente da execução desta lei, ocorrerá à conta da dotação própria consignada no Orçamento Geral do Estado.
- Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
- Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1981.  
(a) JOSÉ TAVARES.

Apoiamento:

TRAJANO BASTOS, NESTOR BAPTISTA, LINEU TURRA, RENATO BUENO, FIDELCINO TOLENTINO, NELTON FRIEDRICH, DARCY DEITOS, e DÁCIO LEONEL.

### JUSTIFICATIVA:

A Instituição acima referida tem um passado de relevantes serviços prestados no combate ao câncer, e diante das inúmeras dificuldades encontradas na continuidade de sua nobre missão, é que se justifica a presente emenda.

### EMENDA SUBSTITUTIVA N.º 5

Ao Projeto de Lei n.º 84/81

- Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder um auxílio de até Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros) para a construção do MEMORIAL J.K., em Brasília, e Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) para auxiliar o HOSPITAL DE CARIDADE SÃO VICENTE DE PAULA na aquisição de móveis, utensílios e demais equipamentos hospitalares.
- Art. 2.º - A despesa decorrente da execução desta lei, correrá à conta da dotação própria consignada no Orçamento Geral do Estado.
- Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
- Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1981.

(a) TRAJANO BASTOS.

Apoiamento:

MÁRIO CELSO, NESTOR BAPTISTA, JOSÉ TAVARES, FIDELCINO TOLENTINO.

### JUSTIFICATIVA:

O Hospital de Caridade São Vicente de Paula, entidade de caráter filantrópico que presta assistência médica e hospitalar às pessoas carentes do município e região, vem atravessando dificuldades financeiras e por isso mesmo, sem recursos para o atendimento às pessoas sem provimento de recursos.

### EMENDA SUBSTITUTIVA N.º 6

Ao Projeto de Lei n.º 84/81

- Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder um auxílio especial de Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros) para auxiliar a construção do Hospital da Santa Casa de Misericórdia, de Prudentópolis, na aquisição de equipamentos e ambulâncias para o pronto-socorro, passando tal setor a denominar-se "Pronto Socorro JK".
- Art. 2.º - A despesa decorrente da execução desta lei ocorrerá à conta da dotação própria consignada no Orçamento Geral do Estado.
- Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
- Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1981.  
(a) GILBERTO AGIBERT FILHO.

Apoiamento:

TRAJANO BASTOS, MÁRIO CELSO, FIORI LUIZ, TADEU LÚCIO MACHADO, JOSÉ TAVARES, DARCY DEITOS e NELTON FRIEDRICH.

### EMENDA SUBSTITUTIVA N.º 7

Ao Projeto de Lei n.º 84/81

- Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder um auxílio especial de Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros) para auxiliar a instalação do Núcleo da Secretaria da Agricultura em Toledo, passando o mesmo a denominar-se "Núcleo JK".
- Art. 2.º - A despesa decorrente da execução desta lei, ocorrerá à conta da dotação própria consignada no Orçamento Geral do Estado.
- Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
- Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1981.  
(a) NELTON FRIEDRICH.

Apoiamento:

JOSÉ TAVARES, DARCY DEITOS, FIORI LUIZ e TADEU LÚCIO MACHADO.

### EMENDA SUBSTITUTIVA N.º 8

Ao Projeto de Lei n.º 84/81

- Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder um auxílio especial de Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros) para auxiliar a construção do novo ambulatório no Hospital Nossa Senhora da Saúde, de Santo Antônio da Platina, passando tal ambulatório a denominar-se "Ambulatório JK".
- Art. 2.º - A despesa decorrente da execução desta lei ocorrerá à conta da dotação própria consignada no Orçamento Geral do Estado.
- Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
- Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1981.  
(a) TADEU LÚCIO MACHADO.
- Apoiamento: DARCY DEITOS, GERNOTE KIRINUS, FIORI LUIZ e MÁRIO CELSO.



EMENDA SUBSTITUTIVA N.º 9

Ao Projeto de Lei n.º 84/81

- Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder um auxílio de Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros) para auxiliar a construção do Auditório da Associação Comercial de Marechal Cândido Rondon, que passará a denominar-se "Auditório JK".
- Art. 2.º - A despesa decorrente da execução desta lei ocorrerá à conta da dotação própria consignada no Orçamento Geral do Estado.
- Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1981.

(a) GERNOTE KIRINUS.

Apoiamento:

FIDELCINO TOLENTINO, NELTON FRIEDRICH, TRAJANO BASTOS, JOSÉ TAVARES, DARCY DEITOS e FIORI LUIZ.

EMENDA SUBSTITUTIVA N.º 10

Ao Projeto de Lei n.º 84/81

- Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder um auxílio especial de Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros) para auxiliar a Associação Paranaense de Reabilitação - APR, que passará a denominar-se "APR-JK".
- Art. 2.º - A despesa decorrente da execução desta lei ocorrerá à conta da dotação própria consignada no Orçamento Geral do Estado.
- Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1981.

(a) MÁRIO CELSO.

Apoiamento:

TRAJANO BASTOS, TADEU LÚCIO MACHADO, NELTON FRIEDRICH, DARCY DEITOS, RENATO BUENO e FIORI LUIZ.

EMENDA N.º 11

Ao Projeto de Lei n.º 84/81

Acrescente-se onde couber:

"Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma verba no valor de Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros), para a aplicação na construção do Hospital Regional de Cascavel."

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1981.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

Apoiamento:

GERNOTE KIRINUS, FIORI LUIZ, DARCY DEITOS, NELTON FRIEDRICH e JOSÉ TAVARES.

EMENDA N.º 12

Ao Projeto de Lei n.º 84/81

Acrescente-se onde couber a seguinte redação:

"Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma verba no valor de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros) à Fundação Faculdade de Educação Ciências e Letras de Cascavel - FECIVEL".

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1981.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

Apoiamento:

GERNOTE KIRINUS, FIORI LUIZ, DARCY

DEITOS, NELTON FRIEDRICH e JOSÉ TAVARES.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Vossa Excelência vai colocar em votação, emenda por emenda?

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa colocará cada emenda em separado, para votação.

O SR. LINEU TURRA — Primeiro, as emendas, depois o projeto, naturalmente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Em se tratando de emenda substitutiva, em primeiro lugar, as emendas.

O SR. LINEU TURRA — Seria colocada a minha emenda, em primeiro, a n.º 1?

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sim, Emenda n.º 1, de autoria do Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Peço a palavra então, Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem, em primeiro turno, nós votamos contra a proposição do eminente Deputado Erondy Silvério, baseados no princípio da inconstitucionalidade da iniciativa, por entendermos que, matéria dessa natureza é de competência do Poder Executivo.

Entretanto, como a proposição foi aprovada pela maioria da Bancada Situacionista, nós que sabemos que ela naturalmente terá o mesmo destino no dia de hoje, na votação de hoje, que por certo será aprovada, então, Sr. Presidente, gostaríamos de aproveitar esse gancho, para beneficiarmos algumas instituições do nosso Estado, instituições que estão carentes de recursos para o seu normal funcionamento.

Dessa forma, trago a esta Casa, uma emenda substitutiva no sentido de também contemplar o Hospital de Caridade de Palmeira, instituição de caráter filantrópico, e que presta assistência hospitalar ao Município de Palmeira e municípios circunvizinhos; uma região carente de assistência a esse nível e esse Hospital de Caridade de Palmeira foi fundado por colaboração da comunidade palmeirense e com sacrifício o vem mantendo, pois, os recursos são poucos.

Eu apenas gostaria de ler a justificativa e pedir a atenção dos Senhores Deputados para a justificativa da proposição. (Lê a justificativa).

Tenho aqui, Sr. Presidente, e queria na oportunidade, pedir ao nobre Líder do PDS, Deputado Erondy Silvério, que goza das simpatias de Palmeira e que tem na Cidade de Palmeira um contingente de votos, que recebeu e tem recebido em eleições contínuas e ainda já se vislumbra uma votação expressiva, porque realmente goza de bom conceito na minha cidade e com muito prazer para mim.

Queria pedir sua atenção, inclusive às fotografias que trago para ilustrar a minha proposição, da ala maternal, um primor de construção, para atendimento das parturientes tão necessário no Município de Palmeira, hoje, saindo dali para Curitiba e Ponta Grossa em número de mais de 30 por cento, e naturalmente essa verba virá atender perfeitamente as necessidades daquele hospital, para colocar em funcionamento essa ala maternal, que está concluída dependendo de recursos para o seu funcionamento.

Era isso, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, um dos bons jornalistas deste País é Pedro Cavalcanti da Revista "Veja". Eu me permitiria, Sr. Presidente, proceder a leitura de um artigo de Pedro Cavalcanti, que diz: (Lê): "Que saudades de JK". O Memorial de Juscelino reaviva as lembranças do Brasil dos 50 anos em 5. Nos tempos de JK éramos todos nós, pelo menos, 20 anos mais jovens. Nasce daí, em parte, aquele infalível sorriso que ilumina o rosto de homens e mulheres deste País, quando surge no acaso das conversas, o nome do ex-Presidente JK.

Basta o nome ou a simples sigla. Como num passe de mágica, reaparece toda uma época onde se misturam a juventude transviada, o programa de metas, o Major Haroldo Veloso em Jacareacanga e o "Falcão Negro", na TV Tupi, o caso do porta-aviões, Bill Haley e Seus Cometas, Juca Chaves, a Bossa Nova e é claro, o Simca Tufão. E mais ainda o Êder Jofre. E Brasília. E a Copa de 58. E as imortais músicas do Carnaval de 56, quando chegou a "turma do funil" e Mangueira.

Não há dúvida, nos abençoados tempos de JK, éramos 20 anos mais jovens e talvez por isso mesmo, à imagem do Presidente, "simpáticos, risonhos, originais".

Hoje, quando tais qualidades parece que foram de modo, tanto entre o povo quando nos meios oficiais, o Brasil se prepara para inaugurar, em Brasília, o Memorial JK, numa área urbanizada de 29 mil metros quadrados, estará oficialmente incorporado à paisagem do Plano Piloto, o pedestal desenhado pelo arquiteto Oscar Niemeyer.

Do alto de seus 28 metros, a estátua de 4,5 metros do Presidente domina a Praça do Cruzeiro, no extremo oeste da esplanada dos Ministérios - no exato local em que foi rezada a primeira missa da nova capital.

Ao pé do monumento, um bloco de mármore de forma ovalada". E aí, então, o jornalista dá as características técnicas, do Memorial JK. E continua lá na frente:

"Não fosse o desastre que matou o Presidente, a 22 de agosto de 1976, ele estaria completando nesse de 12, seu 79.<sup>o</sup> aniversário, certamente cercado por uma pequena multidão de amigos. Entre eles, não estaria o Presidente Figueiredo, que como Coronel do SNI carioca em 1964, foi um dos responsáveis por sua cassação. Morto, Juscelino recebe a homenagem oficial do Presidente e de todos os brasileiros que celebram com ele, de certa forma, sua própria mocidade. Mas, se a juventude perdida e a falsificação retrospectiva dos fatos explicam parte do encanto que era JK, não explicam tudo.

Os segredos dos tempos de JK, é que o próprio Brasil, como País, atravessava um período de juventude excitada, com todos os sintomas clássicos de otimismo, alegria, confiança e responsabilidade e sonhos fantásticos.

O fundamental, quem sabe, é que com Juscelino, o Brasil começou a acreditar em si mesmo.

Isso ocorreu de maneira tão brusca - e tão definitiva - que agora é preciso fazer um esforço para recordar certas dúvidas e controvérsias que agitaram a época.

Acreditava-se, por exemplo, que as mãos toscas dos brasileiros talhadas para o cabo da enxada e o copo de cachaça, dificilmente iriam além do cavaquinho.

A raça temperada por mulatos e cafuzos, chegara ao apogeu com as fábricas de massas de São Paulo. Seria inútil tentar comprometê-la em algo tão complicado como motores de automóveis.

Hoje, pode parecer idiota, mas o complexo de inferioridade era tão forte, que os primeiros passeios de Juscelino, a bordo dos sacolejantes Romi-Isetta nacionais - que era um híbrido de automóvel com lambreta de dois lugares capaz de fazer 25 km por litro de gasolina - ganharam foros de demonstração de pujança tecnológica. Se o veículo viesse do espaço, a emoção não seria maior.

Tínhamos também, outros motivos de orgulho. Apre-

demos até a jogar tênis, com Maria Ester Bueno, vencedora do torneio de Wimbledon, em 1959 e 1960.

Ganhamos no boxe com Eder Jofre, campeão mundial dos pesos galos em 61. E o futebol trouxe a grande alegria da Copa de 58, a maior festa brasileira, desde o fim da II Grande Guerra Mundial. Melhor do que tudo isso, no entanto, havia no ar um espírito liberal, aberto às críticas gozadoras de cronistas como Stanislaw Ponte Preta. Assim, o justo orgulho dos tempos de JK nunca se confundiu com a soberba oficial e a xenofobia dos tempos do "milagre" do Presidente Emílio Médici.

No tempo de JK, é verdade, ganhou-se também muito dinheiro fácil. Em qualquer roda de industriais em São Paulo sempre aparece alguém que se lembra dos tempos fantásticos em que qualquer brasileiro com um torno de terceira mão nos fundos do quintal, transformava uma garagem em indústria de autopeças fornecedora oficial da Volkswagen.

Os tempos também não foram desfavoráveis para os pobres. Vindos do nordeste para a construção de Brasília e para a indústria automobilística no ABC paulista, centenas de milhares de brasileiros ganharam pela primeira vez um emprego com caderneta assinada. Há gerações eles viviam como cabras, jagunços, meeiros e moradores. Não era JK tornaram-se operários.

As coisas custavam caro, recorda-se o Senador Tancredo Neves, mas as pessoas tinham dinheiro no bolso. Quando não tinham na hora, podiam arranjar no dia seguinte. Tudo era possível fazer. Aliás, tudo estava sendo feito, a começar pela inviável Brasília, uma cidade de 120.000 habitantes onde até a grama chegava por aviões.

O jornalista José Ribeiro, lembra que, em sua visita à nova capital, teve de esperar na portaria do hotel enquanto o seu quarto estava sendo feito. Como a demora fosse demasiada, foi ver o que havia. Soube, então, que seu quarto estava sendo construído.

O escritor Gustavo Corção costumava citar o caso de São Petersburgo, a atual Leningrado, construída sobre um pântano às custas de 3.000 vidas para satisfazer os caprichos do Czar Pedro, o Grande. Com a morte de Corção em 1.979, desapareceu, aliás, o último brasileiro a defender a idéia de que Brasília deveria ser abandonada".

E assim, Sr. Presidente, prossegue o articulista. Lembrando que o Governo de JK foi um dos mais estáveis do País. A anistia para os militares, a barganha com a oposição, o diálogo com os estudantes, lhe deram um poder consentido. E uma estatura como Presidente que não seria obtida com qualquer brutalidade. JK era uma honra cordial e como apesar dos indícios cada vez mais alarmantes no sentido contrário, muitos brasileiros ainda gostariam de ver na cordialidade um dos traços marcantes de caráter nacional, JK, bisneto de imigrantes tchecos, entrou para a história como o mais brasileiro de nossos Presidentes, e nós levaríamos, Sr. Presidente, horas e horas, relatando o que foi o Governo deste grande brasileiro e deste grande Presidente, que eu, com muito orgulho, pertenci ao seu partido, o PSD e com muito orgulho fui seu eleitor em 1.955, e com muito orgulho apresentei à apreciação da Casa, o Projeto de Lei que causou tanta celeuma à Oposição que teima em responsabilizar o Governo do Estado pela apresentação do projeto. É de minha autoria, Sr. Presidente, e como esta é uma Casa democrática e uma Casa em que os Srs. Deputados aceitam, ou não, as idéias dos outros, é que eu apresentei à consideração da Casa, o meu projeto, não admitindo as expressões descorteses que se pronunciavam ontem e hoje nesta Casa, a respeito deste projeto. O que nós queremos é o respeito a cada um dos Deputados da Casa.

Tem todo o direito a Oposição de votar contrariamente ao nosso projeto. Também, temos todo o direito de votar contrariamente a todas as emendas que foram apostas ao mencionado

projeto na tarde de hoje. Todas elas muito justas, muito humanas, mas que melhor fariam seus autores se as apresentassem com projetos separados, devidamente justificados, que a Casa não se negaria em apreciar, por exemplo, um projeto de lei que viesse doar à Santa Casa de Misericórdia de Palmeiras, onde levo a simpatia e o nobre Deputado Lineu Turra leva os votos.

Ninguém se negaria a votar favoravelmente a este projeto.

Agora, entendemos a intenção velada na apresentação dessas emendas. É tentar bagunçar um projeto sério, um projeto em que quero que os Anais da Casa registrem que a memória nacional não é curta.

As futuras gerações devem saber que se deve cultuar aqueles homens que muito fizeram por esta Nação, como fez Juscelino Kubitschek, que realmente transformou este País, que o fez progredir.

Sr. Presidente, peço para encaminhar a votação da emenda seguinte. Eu voltarei ao mesmo assunto.

O SR. PRESIDENTE — Em votação a Emenda número 1, de autoria do Deputado Lineu Turra.

O SR. ADALBERTO DAROS — Para encaminhar.

Ligeiramente, apenas para colocar a nossa posição com relação a essa iniciativa do Deputado Erondy Silvério. Dizer que, respeitosamente, voto contra a proposição do Deputado.

O SR. PRESIDENTE — Está em votação a emenda.

Rejeitada.

O SR. LINEU TURRA — Pela Ordem, solicito verificação de votação.

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela Ordem, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.  
(É procedida a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Responderam a chamada 41 Srs. Deputados. Há "quorum" para deliberação. A Mesa procederá a verificação de votação requerida pelo nobre Deputado Lineu Turra.

Os Srs. Deputados que aprovam a Emenda, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que rejeitam a emenda, queiram levantar-se.

10 Srs. Deputados aprovam; 24 rejeitam. — Rejeitada.

Em votação a Emenda número 02, de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Respeitando a intenção e objetivos do Projeto de Lei 84/81 de autoria do eminente Líder do PDS, Erondy Silvério, que autoriza o Poder Executivo a conceder ao Memorial JK a importância de seis milhões de cruzeiros, é que aproveitando esta oportunidade e este gancho — como foi dito pelo eminente Companheiro de Bancada, Deputado Lineu Turra —, é que propusemos a Emenda número 02, Substitutiva, vazada nos seguintes termos:

"Autoriza o Poder Executivo a doar cinco milhões de cruzeiros para o Memorial JK, e seis milhões de cruzeiros para a Faculdade de Ensino Superior de Campo Mourão — FUNDESCAM, com a finalidade específica da aquisição de imóveis, utensílios, equipamentos e a montagem de um laboratório que, de há muito, se faz necessário naquela Faculdade".

Porque, são dezenove municípios que compõem a Micro-Região. São alunos de toda aquela região que estudam nesta Faculdade, e de há muito a Faculdade necessita de uma ajuda do Governo Estadual, haja visto, Sr. Presidente, que nos últimos três anos, aquela Faculdade não recebeu, em nenhum dos orçamentos desses anos, qualquer benefício do Governo do

Estado.

Então, Sr. Presidente, é que submetemos à apreciação deste Plenário, esta emenda que concede uma ajuda de seis milhões de cruzeiros para a FUNDESCAM.

Ao finalizar, Sr. Presidente, gostaria que Vossa Excelência informasse, porque parece-me que sete ou oito emendas foram apresentadas a este projeto autorizativo. Não seria o caso de Vossa Excelência fazer retornar esse projeto à CCJ e à CF?

Era isso, Sr. Presidente, que gostaria que Vossa Excelência nos esclarecesse.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa informa ao nobre Deputado que deliberou submeter todas as Emendas à decisão do Plenário, razão porque a primeira Emenda já foi submetida e as demais terão o mesmo trâmite.

Em votação a Emenda número 02.

O SR. ANTÔNIO COTRIM — (Para encaminhar a votação)

Sr. Presidente, quero apoiar a intenção do Deputado Darcy Deitos, de dotar a Fundação de Ensino Superior, de recursos, o que aliás, foi objeto de um requerimento nosso, ao Sr. Governador do Estado, pedindo que incluísse no Orçamento do Estado, de 82, recursos para a Fundação de Ensino Superior, que é mantenedora da Faculdade de Ciências e Letras e do Colégio Agrícola.

Entretanto, acredito na inoportunidade da Emenda e subscreveria, juntamente com o Deputado Darcy Deitos, um outro projeto que visasse o benefício da Faculdade de Campo Mourão.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Em votação a Emenda.  
Rejeitada.

O SR. DARCY DEITOS — Pela ordem, Sr. Presidente, solicito a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE. — Deferido.

Em votação a Emenda.

12 Srs. Deputados aprovam; 21 Srs. Deputados rejeitam.  
Rejeitada.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito de Vossa Excelência que, na Ata dos trabalhos legislativos da tarde de hoje, Vossa Excelência faça constar no resultado da referida votação, que os votos favoráveis foram dados pelas Oposições que hoje aqui se fazem presentes.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Deferida a solicitação.  
Esta Presidência fará constar em Ata.

Em votação a Emenda número 03, de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, e subscrita por diversos outros Srs. Deputados. — Rejeitada.

O SR. FIORI LUIZ — Peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, o Deputado Fiori Luiz havia solicitado a palavra para Encaminhamento da Votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa confessa não ter ouvido a solicitação, mas concede a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, aceito a deliberação de Vossa Excelência, pelo respeito que sempre mantive por Vossa Excelência, porém Vossa Excelência acaba de abrir um precedente muito perigoso aqui nesta Casa, quando, após a matéria haver sido deliberada, Vossa Excelência concede a palavra a um Sr. Deputado para encaminhamento de votação daquela matéria então votada.

Aceitamos, porque Vossa Excelência é o Presidente da Casa, mas queremos lavar o nosso protesto a fim de que não se repita um fato desta natureza, o qual contraria frontalmente o Regimento da Casa.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa recebe o protesto de Vossa Excelência, e concede a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, sua posição democrática engrandece esta Casa.

Encaminhamos à Mesa, Sr. Presidente, uma Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei 84/81:

“No Art. 19. — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder um auxílio especial de seis milhões de cruzeiros, para auxiliar o Hospital Universitário do Norte do Paraná, de Londrina, para aquisição de equipamentos e ambulâncias para o Pronto-Socorro, passando tal setor, a denominar-se “Pronto-Socorro Juscelino Kubitschek”.

Entendo que a melhor homenagem é dar-se uma destinação social aos seis milhões de cruzeiros especificados no Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Erondy Silvério; a nossa emenda, visa carrear esses seis milhões, para o Hospital Universitário.

O H.U.L., tem um déficit mensal de quase três milhões de cruzeiros, pois a atual estrutura não está à altura para o volume de atendimentos solicitados ao Hospital.

O Hospital Universitário é também um hospital-pesquisa, atendendo aproximadamente oito mil pessoas por mês, e apesar da dedicação dos seus médicos residentes, dos enfermeiros, dos atendentes, dos funcionários, as dificuldades são realmente incontáveis.

O Hospital Universitário atende doentes de todo o norte e além das pessoas que chegam do Sul de São Paulo, Mato Grosso e até de Santa Catarina. Os relatórios de atendimentos estão à disposição de qualquer cidadão.

O H.U. de Londrina precisa de recursos, de ambulâncias, precisa adequar o seu Pronto-Socorro.

Dizia o nobre Líder do PDS, que o povo brasileiro tem saudades de J.K. Todos temos saudades, e principalmente, Sr. Presidente, daqueles bons tempos em que o povo elegia o seu Presidente da República, pelo voto direto, secreto e universal.

J.K. está na memória do povo brasileiro, sim, como Getúlio Vargas também está. Ficaram perpetuados porque os Governos militares de 64 para cá, não conseguiram e nem conseguem ter o respeito do povo desta Nação, pois usurparam e continuam usurpando os mais elementares direitos do cidadão.

Temos saudades, sim, mas como disse o nosso Líder, Nilton Friedrich, não temos culpa do assassinato político de JK. Não participamos deste crime, aliás, não só o assassinato político, pois até hoje há quem diga que a morte em acidente automobilístico ainda não está muito bem explicada, como aliás, nada é bem explicado neste País.

O que estremece a Nação, é que aqueles que perseguiram, aqueles que forçaram JK ao exílio aqui dentro de seu próprio País, querem hoje, descaradamente, homenageá-lo, talvez para diminuir o peso da consciência de cada um, responsável por esse crime.

A mesma mão que ontem chicoteou, reprimiu, leva hoje flores ao Memorial JK em Brasília. A mesma voz do arbítrio que calou idéias democráticas de JK, hoje canta o “Peixe Vivo”.

Triste País este, Sr. Presidente. País de homens destituídos de sentimentos, que não carregam no peito sentimento algum de justiça, de igualdade, de fraternidade, de amor ao próximo como reza a Bíblia.

Temos saudades, sim, de JK, e é por isso que sabemos

que seis milhões de cruzeiros, se forem destinados para atender causas sociais, seriam muito melhor compreendidos.

Se esta verba for destinada ao H.U. de Londrina, virá minimizar a dor daqueles doentes internados, expropriados e expulsos das terras, aquela fila de desesperança do povo doente, porque neste País a saúde é privilégio de meia-dúzia de abastados, o brasileiro é doente, e quando dizem que o Brasileiro é indolente, que o brasileiro é contemplativo, que existe nele um comodismo latente, é porque o Governo não quer ver um povo doente, subnutrido, e aqui no Estado do Paraná, as estatísticas provam que, de cada cem crianças que nascem, dez não chegam a um ano de vida.

Acredito que com essa destinação social, JK, do seu bom lugar, estaria também aprovando, Sr. Presidente.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE — Em votação a Emenda número 03. — Rejeitada.

O SR. FIORI LUIZ — Peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

12 Srs. Deputados aprovam; 25 Srs. Deputados rejeitam. Rejeitada.

Em votação a Emenda número 04, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, e subscrita por diversos Srs. Deputados.

O SR. JOSÉ TAVARES — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por inúmeras vezes, na condição de Deputado e também até mesmo antes de ocupar este cargo que muito me honra, tivemos a oportunidade de conhecer de perto uma obra que tem prestado relevantes serviços à comunidade do Paraná.

Uma hora que tenho certeza, que nenhum dos Srs. Deputados, funcionários, homens de imprensa, professoras, que nos honram inclusive com sua presença, teriam algo a colocar contra o seu funcionamento.

Refiro-me, Sr. Presidente, ao Instituto de Câncer, de Londrina. Este Deputado e talvez até quem sabe outros Deputados que aqui se encontram, e porque não centenas e milhares de irmãos nossos, esparramados por este País afora, e pelo mundo inteiro, já tiveram uma dolorosa experiência de ter um membro de sua família acometido por esta doença que é o câncer, e que tanta tristeza tem trazido a milhares e milhares de famílias por todo o mundo.

E, não só em decorrência desta passagem entristecedora que acometeu minha mãe, mas em razão do próprio mandato que exercemos e de cargos que ocupamos em Londrina, procuramos conhecer de perto o funcionamento do Instituto do Câncer Antônio Prudente, de Londrina. É realmente, uma das obras mais justas e necessárias para a vida em comunidade.

As cenas que ali presenciamos, chegam inclusive a dilacerar o coração da gente.

As dificuldades por que esse Instituto tem passado, chegam também a dilacerar o coração do homem mais duro que exista sobre a face desta terra.

Analisando a oportunidade, Sr. Presidente, em que se discute e se vota o Projeto de Lei 84/81, de autoria do nobre Deputado Erondy Silvério, que autoriza o Poder Executivo a conceder ao Memorial JK um auxílio de até seis milhões de cruzeiros para sua construção em Brasília, contra o qual também não temos nada a opor, tanto que subscrevemos juntamente com o Deputado Lineu Turra, uma emenda a esse projeto, onde ao mesmo tempo se destina essa quantia ao Memorial JK, também se reivindica idêntica ou semelhante quantia a um hospital de Palmeiras.

Dizer que somos filhos de uma família, cujo pai é mineiro e também sempre foi juscelinista, e nós aprendemos a respeitar

e admirar esse grande brasileiro, talvez, até baseado no exemplo do meu pai.

JK, realmente, foi e continua sendo um dos grandes brasileiros e grande homem público que dirigiu esta Nação. Continua, por conseguinte, sendo também um dos grandes injustiçados pelo regime que vige neste País há 17 anos.

Nós tanto somos defensores da memória de JK, não só pelas razões que aqui acabamos de enumerar, mas também por outras que me permitem os Srs. Deputados, serem dispensadas. Tanto que nesta Casa se discutia u'a mensagem de autoria do Sr. Governador Ney Braga, que visava substituir o nome da Usina de Foz do Areia, que levava com muito mérito o nome de JK, pelo nome do saudoso — a quem respeitamos muito — ex-Governador Bento Munhoz da Rocha Netto.

Naquela oportunidade também tivemos condições e o fizemos, de encaminhar e discutir aquele projeto. Não que fôssemos na época e continuamos a ser contra a pessoa de Bento Munhoz da Rocha Neto. Absolutamente. De que nós, na época, defendíamos e continuamos hoje a defender. E realmente o tempo é o melhor remédio. É de que não era possível que se tirasse o nome de uma usina como de JK, brasileiro aqui respeitado por tudo o que aqui já se disse e por tudo o que ele fez de bom para o País, para dar um nome de outro brasileiro, também muito respeitado e muito querido neste Estado, que foi o Sr. Bento Munhoz da Rocha Neto..

Mas, mais uma vez, prevaleceu a vontade da maioria, e nós temos que respeitá-la. E a Maioria decidiu mudar o nome da usina de Foz do Areia.

Seria talvez aquela oportunidade, segundo o nosso entendimento, a hora de se prestar uma homenagem a JK, dando-lhe o nome a uma usina de tamanha importância.

Mas, infelizmente, por razões que respeitamos — porque estamos aqui para respeitar as idéias dos Srs. Deputados — levaram a bancada majoritária a rejeitar aquele projeto, realmente não nos convenceu.

E hoje, Sr. Presidente, aproveitando a oportunidade em que se discute um projeto, visando até fazer justiça, segundo nosso entendimento, que pude captar das palavras do Deputado Erondy Silvério, visando carrear seis milhões de cruzeiros para o Memorial JK, nos lembramos da situação difícil, dos inúmeros apelos e das inúmeras vezes em que o Hospital Antônio Prudente, que luta pela pesquisa e combate ao câncer em Londrina, tem incetado para dotá-lo de melhores condições para fazer pelo menos face a parte dos problemas que afligem nossa comunidade na área do combate ao câncer. De apresentar um projeto destinando idêntico valor ao Instituto do Câncer de Londrina, com sede e foro naquela cidade. Inclusive, até como forma de homenagem a este grande brasileiro que foi e é JK.

Sugerimos que o setor de estudos e pesquisas daquele Instituto passe a denominar-se de Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Por esta razão é que estamos aqui para registrar o nosso posicionamento a este projeto de autoria do nobre Líder Erondy Silvério, e ao mesmo tempo, justificar essa nossa emenda que visa, única e simplesmente, dar melhores condições de funcionamento ao Instituto do Câncer de Londrina, para o qual gostaríamos de contar com o apoio da bancada majoritária desta Casa.

O SR. PRESIDENTE — Em votação a emenda.

Os Srs. Deputados que apoiam, queiram conservar-se como estão. — Rejeitada.

O SR. JOSÉ TAVARES — Requeiro verificação de votação.

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela Ordem, requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e irá proceder a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(O Sr. Secretário procede a chamada nominal).

Responderam a chamada 33 Srs. Deputados. Há “quorum” para deliberação.

Os Srs. Deputados que aprovam a emenda de autoria do Sr. Deputado José Tavares, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

11 Srs. Deputados aprovam; 22 rejeitam. — Rejeitada.

Emenda número 05, de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos.

Em votação.

O SR. TRAJANO BASTOS — (Para encaminhar) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sempre que, neste Estado, se reclama desta Assembléia ou através das entidades de classe que existem no Paraná, por realizações de cunho profundamente social, sempre esbarramos no argumento oficial de que o Governo do Estado não dispõe de recursos suficientes para atender essas pretensões.

E até certo ponto, Srs. Deputados, haveríamos de concordar com algumas acertivas, ou afirmativas, nesse sentido. Mas, fatos aconteceram neste Estado, que em uma oportunidade como esta, não poderíamos deixar de discutir, um pouco mais a fundo, para que os Anais desta Casa registrem este posicionamento que tem a pretensão de trazer a maior seriedade possível.

Vejam os Srs. Deputados que sem entrar no mérito da pretensão do ilustre Líder do Governo, quando pretende autorizar o Executivo do Estado a destinar a importância de seis milhões de cruzeiros para a conclusão do Memorial JK em Brasília, quantos e quantos setores da nossa sociedade, da realidade paranaense, gostariam de receber o mesmo tratamento. Mas, sempre esbarrando na justificativa governamental da falta de recursos.

Muito bem,

É fato recente ainda, neste Estado, quando a imprensa nacional noticiava e dava conta que o Governo do Estado do Paraná colocava, no mercado financeiro, uma importância bastante elevada na aplicação de “open market”. Tanto é que a imprensa nacional tem o Paraná, como um Estado privilegiado e agora, mais uma demonstração da opulência financeira deste Estado.

Quando se nega recursos para obras de assistência social, para a educação, lança-se mão da parte dessa opulência, para a conclusão do Memorial JK em Brasília. Para quem conhece aquele monumento, este País que poderia reverenciar a sua memória e a sua história, a sua ação política dentro da Nação e fora dela, não precisaria ter gasto a fortuna que está gastando naquele palacete, naquele monumento, não precisariam os revestimentos de mármore para resguardar a memória do brasileiro que foi JK, não precisaram dos carpetes de 12 mm para esquentar o sarcófago que guarda os restos mortais daquele grande brasileiro.

Mas, não fica só aí o nosso reparo, entendo que a construção do Memorial JK, Sr. Presidente, seria para legar à posteridade brasileira e para o mundo, e guardar ali, preservar ali não somente a figura e o nome, mas também todos os pertences daquele ilustre brasileiro, e numa ala deste Memorial que foi destinada para se guardar e preservar todo o acervo que documenta a vida daquele brasileiro desde a sua infância até sua morte, inclusive a sua passagem pelos postos políticos que ascendeu, sempre pelo voto direto e secreto do povo brasileiro.

E afirmo isso porque presenciei, estive visitando aquele monumento quando estive em Brasília, e quero relatar aqui um fato: é rico o acervo que tenta demonstrar ao Brasil e ao mundo quem foi Juscelino Kubitschek nesta galeria a que me referi, lá há documentos desde o seu nascimento, quando foi Coronel da Polícia Militar, quando se formou médico, diploma que dá prova de cursos feitos em Paris, lá também o original

diploma de Presidente da República quando eleito, e tudo o mais, até os objetos de menor importância que se encontravam em poder de Juscelino quando do instante de sua morte.

Mas, se a intenção era a de documentar para a História toda a vida daquele cidadão, ali falta um documento para que a posteridade também pudesse apreciá-lo, deveria estar ali, naquele acervo, o Ato Institucional número 05 que o cassou, com a assinatura do ditador que assinou aquele ato; como há o diploma de Presidente da República, de como ele iniciou, diploma de como ele foi eleito, deveria também constar ali, como documento histórico, a cópia do original do Ato Institucional número 5 que o cassou politicamente do convívio dos brasileiros e que talvez o tenha levado à morte, naquele desastre, talvez. E eu entendo, Sr. Presidente, que a consciência dos poderosos deve estar pensando.

Deixo aqui uma pergunta, Sr. Presidente: qual foi a palavra de encorajamento, a palavra de amizade, que demonstração de amizade teve este homem quando cassado por parte do Governo do Estado do Paraná?

Teve sim, teve o silêncio covarde, aliás, característica de todos os ditadores covardes. Essa foi a demonstração de apreço a esse grande brasileiro e hoje, para se redimir de um crime imperdoável, querem construir um monumento nababesco que poderia ser muito bem guardado, sem mármore e nem o luxo que apagará da memória dos brasileiros o pecado político que cometeu a Revolução de 64 contra um brasileiro dos mais ilustres que passaram por este País, e de um homem que teve a coragem de enfrentar uma eleição direta, em contraposição à ditadura e o arbítrio que imperava na época.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Em votação a Emenda número 05. Rejeitada.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É feita a verificação).

11 Srs. Deputados aprovam;

23 Srs. Deputados rejeitam. — Rejeitada.

Em votação a Emenda número 06, de autoria do Sr. Deputado Gilberto Agibert Filho, devidamente apoiada. — Rejeitada.

O SR. DARCY DEITOS — Pela Ordem, Sr. Presidente, solicito verificação.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

12 Srs. Deputados aprovam;

23 Srs. Deputados rejeitam. — Rejeitada.

Emenda número 07, de autoria do Sr. Deputado Nilton Friedrich.

Em votação.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para encaminhar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando discutimos a matéria, segunda-feira, no sentido do projeto, levantávamos uma série de argumentos e não vamos repeti-los porque, na verdade, muito já se disse aqui, até com melhor qualidade das afirmações que apresentamos naquele dia.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se analisarmos todas as emendas substitutivas apresentadas, que já vão a mais de doze, todas têm muito presente, a questão de dar-lhes finalidade social, ampla e eminentemente paranaense.

O PMDB, autor das doze emendas substitutivas, pretende, com muita clareza, deixar sua posição e antes ouvíamos o Líder

do PDS nesta Casa, autor do projeto, dizer que se pretende esculhambar o projeto, doando seis milhões de cruzeiros para a construção do Memorial JK, em Brasília.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, exatamente as propostas, as emendas apresentadas na nossa opinião, procuram, ao contrário, dar uma conotação eminentemente social, coletiva e paranaense, a esta pretensão de tributar o ex-Presidente Juscelino Kubitschek, porque vejam bem, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós temos muito clara a questão de que muito mais importante de canalizar através de um projeto desta categoria, um valor de até seis milhões de cruzeiros para um memorial físico de Brasília, seria exatamente fazer como as emendas que aí estão, como por exemplo, autorizando o Poder Executivo a doar ao Instituto do Câncer de Londrina, no setor de pesquisas, este valor, dando àquele instituto, àquele setor, o nome de Setor de Pesquisa do Instituto de Câncer de Londrina, setor de Pesquisas Juscelino Kubitschek. Como tantas outras pretensões apresentadas nestas emendas. Porque aí é que estaríamos, embora apresentadas pelo PMDB, dando como paranaenses, a verdadeira homenagem a este brilhante brasileiro. E, com a homenagem, os efeitos multiplicadores seriam altamente socializados, coletivizados. E digo com muita convicção que o PMDB ao fazer estas duas emendas o fez com um objetivo. E um outro objetivo também, Sr. Presidente, que repito porque na segunda-feira nem todos os Deputados que hoje estão aqui, estavam naquela sessão. E que nós da Oposição realmente não temos culpa em cartório. Nós do MDB na época, hoje PMDB na verdade, não temos que pedir desculpas perante a história e perante a memória de JK pelo assassinato político que se fez contra esse brilhante brasileiro. Morreu sem conhecer o processo de abertura. Desapareceu do nosso convívio, exilado dentro do próprio País. Morreu, Sr. Presidente, Srs. Deputados, sem o direito de ao menos à época em que convivia, exercer o voto e efetivar, portanto a Democracia que o levou ao mais alto cargo desta Nação. E o que é pior, não é com um Memorial JK em Brasília, que nós iremos anistiar, porque anistiado não foi Juscelino Kubitschek na história deste País. Porque ainda não conseguiu em vida, receber os efeitos de uma anistia, como também acontecera com outro Presidente eleito pelo povo, João Goulart, que morrera no exílio. A única diferença entre ambos, embora eleitos pelo povo, e cassados não pelo povo, mas sim por um regime e seus asseclas, a única diferença é que João Goulart veio falecer no exílio, sem sentir a manifestação de paz que é a anistia. E J.K. ao contrário, ainda com mais gravidade, foi exilado dentro do seu próprio País. Não aceitamos o custo deste pedido de perdão que se quer fazer com esse brasileiro que honrou a história deste País. Mas entendemos com objetividade que homenagens ele merece. E essas homenagens, portanto, precisam ser feitas, dentro daquilo que ele fez neste País, democratizando essa própria homenagem. Fazendo que uma creche, o Instituto de Combate ao Câncer, que uma Faculdade, que uma associação de defesa dos menos privilegiados pela sorte, recebessem como titularidade, o hospital, a creche, a associação, a entidade, enfim, como entidade Juscelino Kubitschek. Esta, Sr. Presidente, seria a maneira mais clara do Paraná dizer ao Brasil, de como está homenageando. E por isso nós temos convicção de que ao contrário, não estamos esculhambando esse projeto, como disse o Líder do PDS. Estamos dando-lhe um sentido de mais seriedade, um sentido muito mais social, e acima de tudo, fazendo com que os paranaenses pudessem aqui e agora, ter esta homenagem que é devida por todos nós. Concluo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de que o povo brasileiro não cassou Juscelino Kubitschek. Mas agora quer se tirar do bolso do povo, do contribuinte, seis milhões de cruzeiros aqui do Paraná, para tentar resgatar na história uma coisa que o povo não precisa resgatar, porque jamais esqueceu JK. Nós não podemos compartilhar e avalizar aquilo que agora se preten-



de dar, para quem em vida se negou. Será possível, Sr. Presidente, será possível que nós, diante deste momento em que vivem o Paraná e o Brasil, da amplitude e multiplicidade de crises, da multilateralidade de problemas, possamos fazer esta arrecadação do Orçamento do Estado do Paraná e carregá-la para esse momento em Brasília; que se faça o monumento como até se fez; que se pretenda esse rateio perante os Estados, mas numa época mais condizente com a própria realidade brasileira. De um lado isto está posto. Do outro, insisto nisso. O povo jamais cassou JK e não precisa de memorial para efetivamente festejá-lo e tê-lo historicamente na memória da Nação.

Mas, não é possível que nós façamos descaradamente esta pretensão de agora buscar no bolso do povo aquilo que o povo nunca quis, nunca pretendeu, porque jamais o povo brasileiro cassou, não só JK, como a maioria dos homens da Oposição que foram cassados e tal qual JK, trazem na sua história a cicatriz da violência de um regime que se instalou sem o apoio popular, um regime que se instalou sem o aval da sociedade brasileira e acima de tudo cassou, violentou, prendeu, torturou, matou e agora, quer-se o dinheiro do povo para restabelecer a memória que o povo jamais esqueceu.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está em votação a Emenda n.º 07, de autoria do Deputado Nilton Friedrich. Rejeitada.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) Peço verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere. (É procedida a verificação de votação).

— Rejeitada.

Em votação a Emenda n.º 8, de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado. — Rejeitada.

Em votação a Emenda n.º 9, de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus. — Rejeitada.

Em votação a Emenda n.º 10, de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, lida anteriormente.

O SR. MÁRIO CELSO — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Entendo que a Assembléia Legislativa está ainda em processo de autorização. Esta autorização, inclusive aprovada pela maioria que apóia o Governo nesta Casa. Desde que o Governador do Estado assine esta autorização naturalmente caracteriza assim a doação, estará sujeito e segundo o meu entendimento, há uma ação popular, inclusive para devolução deste dinheiro, já que esse projeto de lei é segundo o meu entendimento inconstitucional.

Se bem que aprovado pela CCJ desta Casa, ele não deixa de ser inconstitucional. Assim sendo, acredito que se o Governador autorizar esta doação, ele estará sujeito a uma ação popular.

Por outro lado, acredito no bom senso do chefe do Executivo, e que ele não abra esse precedente que é realmente, muito perigoso, e transforme essa distribuição de verba em algo benéfico ao Estado do Paraná.

E, por este motivo, nós estamos propondo essas emendas, nós da Oposição, que, embora estejam sendo elas, negadas pela maioria do Governo, pelo PDS nesta Casa, elas permanecerão, porque, mesmo que as sejam negadas, pretendemos entrar com proposições e requerimentos, através de sugestões, para que o Governador do Estado do Paraná saiba que diversas entidades

estão, hoje, carentes de recursos, e, conseqüentemente, prejudicando o nosso próprio povo.

Quando falo em prejudicar o nosso próprio povo, lembro de mais de 100 crianças que estão inscritas na Associação Paranaense de Reabilitação, aguardando vagas, aguardando internamentos, e, segundo a direção daquela entidade, presidida brilhantemente pelo Dr. Leopoldino, cuja direção local está à cargo do Dr. Bergorsi, não existem vagas por falta de recursos.

Então, nós estamos, através dessa emenda, autorizando o Poder Executivo a conceder um auxílio do mesmo valor do pretendente ao Memorial JK, de Cr\$ 6.000.000,00, para auxiliar a Associação Paranaense de Reabilitação - APR, que poderia, inclusive, aceitar a denominação de Associação Paranaense de Reabilitação Juscelino Kubitschek, e, desta forma, também prestar a sua homenagem a JK.

Consultamos essa entidade, antes de entrarmos com a proposição. Ela que tem, em Curitiba, dois imóveis, duas casas, atendendo, hoje, a 57 crianças. Só 57.

É claro que, com mais verba, mais auxílio, poderiam atender a muito mais. E lembramos que a APR cuida do excepcional, e nós, hoje, vivemos o Ano Internacional da pessoa excepcional.

Nada mais justo do que conceder esse auxílio à nossa gente, ao nosso Estado, a essas crianças deficientes, que, mais do que nunca, precisam do nosso apoio moral e financeiro.

Assim sendo, fica, então, a emenda substitutiva.

Apelo ao bom-senso e ao espírito, principalmente cristão dos homens que estão nesta Casa, e, daqueles companheiros que hoje, militam no Partido do Governo, no PDS, já que são eles que estão negando as emendas, através de uma decisão, acredito eu, pessoal de cada um.

Por isso, apelo ao bom senso e ao espírito cristão de cada um, porque esta entidade está, realmente, carente de recursos.

Quanto à JK, tudo já foi dito.

Só lembraria, Sr. Presidente, que se estivesse vivo JK, ou mesmo o próprio Tiradentes, que, hoje, é o patrono das Polícias Militares, se Tiradentes estivesse vivo, será que tantas honrarias, tantos títulos seriam prestados? Acredito que uma nova força seria colocada à sua frente, e uma nova corda seria colocada em seu pescoço.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Está em votação a Emenda n.º 10.

O SR. LÁZARO DUMONT — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Para que não passe, aqui, como um anti-cristão, só gostaria de informar o seguinte:

Todos que estamos aqui sabemos os motivos porquê foram apresentadas essas emendas. Por que não foram apresentadas, por exemplo, há um mês atrás, há um ano atrás? As entidades eram carentes da mesma forma.

Só gostaria de lembrar alguns fatos:

O Hospital Universitário de Londrina, antes Hospital Psiquiátrico, construído no Governo Paulo Pimentel, pelo ex-Secretário da Saúde, Dalton Fonseca Paranaguá. Depois, transformado e administrado hoje, pela Universidade de Londrina, o HU como é chamado. Somente de subvenções entre o INAMPS, FUNRURAL e as próprias verbas do Governo do Estado, que são aplicadas mensalmente, no HU, ultrapassam a três milhões de cruzeiros, mensalmente. Fora o Convênio regional que é de mais um milhão e meio de cruzeiros, para atender toda a região do Norte do Paraná.

O Hospital do Câncer, de Londrina, que não tem quem o lembre e não o traga à sua memória, da grande mulher que foi D. Lucila Balalaia, a sua grande idealizadora, que conseguiu construí-lo, parte com auxílios da comunidade, de bingos, de rifas e uma série de outras promoções. Mas, também não se pode



esquecer, absolutamente, a participação de verbas, tanto do Governo Federal, quanto do Estadual.

Somente a Bomba de Cobalto, há alguns anos atrás, instalada no Hospital do Câncer de Londrina, custou seis milhões de cruzeiros, coincidentemente.

A própria APR que está se ventilando agora. Sabemos — eu inclusive, todos os anos, desde que sou Deputado, tenho dado minha participação pessoal tanto na APR e em outras instituições, com um pouquinho da minha verba.

A própria cidade de Palmeira, que também não nego que a Santa Clara teria necessidade. Mas, sabemos a subvenção que há do próprio Governo. E ainda muito mais, a cidade de Palmeira, é uma das pouquíssimas do Paraná, privilegiada com a construção e todo o equipamento de um Hospital pelo FUNRURAL, que está sob a direção do Hospital Patronal de Palmeira.

Enfim, quero apenas afirmar aqui, e deixar patente que nenhuma dessas entidades necessita de mais recursos. Todos sabemos, e somos conscientes, que elas precisam. Mas, agora não admito que o meu voto contrário tenha sido apelado para que, em nome de Cristo, ele seja dado.

Só quero deixar patente isso: apresente-se em outras épocas, mais oportunas, e com finalidade claro, que votarei favorável.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Continua em votação.

O SR. LINEU TURRA — (Para encaminhar a votação). Sr.

Presidente, não pretendia encaminhar, nesta oportunidade, a matéria, não poderia deixar, no entanto, de responder aquilo que foi dito pelo Deputado Lázaro Dumont.

Primeiro, com relação ao Hospital de Caridade de Palmeira, a emenda que apresentei, é porque a Ala Maternal — o nobre Deputado naturalmente conhece Palmeira de passagem — acaba de ser concluído apenas o seu prédio.

O SR. LÁZARO DUMONT — Como Londrina...

O SR. LINEU TURRA — Não estou me referindo a Londrina. Esse é problema que não falei.

O SR. LÁZARO DUMONT — Não resido em Palmeira. Evidentemente, só conheço de passagem.

O SR. LINEU TURRA — Evidentemente, Vossa Excelência nem pode me contestar.

Nem pode me colocar sob suspeição a honestidade, a lealdade de minha proposição.

Quem poderia dizer seria o Deputado Erondy Silvério, respeito o voto dele contra, porque, naturalmente, ele achou que não deveria votar a favor. Mas, ele ainda poderia dizer alguma coisa.

Mas o fato é que eu, se não apresentei a proposição antes, naquela oportunidade, era porque realmente era inoportuna, porque não estava pronta essa ala maternal, agora, está pronta, está parada, não tem condições de funcionamento. Por isto foi que eu apresentei agora. Agora é o seguinte: as proposições nesse sentido, se nós apresentássemos eu tenho certeza de que não seriam aceitas, seriam rejeitadas já na Comissão de Constituição e Justiça onde nós temos minoria, por inconstitucional. É evidente que toda matéria de despesa está explícito na Constituição “o que importe em despesa para os cofres públicos de competência privativa do Governo do Estado”, do Poder Executivo, e não da Assembléia Legislativa, de sorte que, lá seria rejeitada, então nós nem nos aventuramos a apresentar proposições dessa natureza. Doravante iremos apresentar, como agora iremos renovar desde que agora se firmou jurisprudência

nesta Casa que se pode votar matéria nesse sentido, então, nós apresentaremos. Mas eu não levo para casa, essa pecha de que eu usei de malandragem apresentando essa proposição, porque na verdade eu estou apresentando na oportunidade em que eu estou vendo a instituição, carente, tanto é que já apresentei um requerimento anteriormente, solicitando a mesma verba e realmente esse requerimento foi aprovado, mas achei que seria uma oportunidade de nós conseguirmos esses recursos para a cidade de Palmeira. Foi nesse sentido que nós apresentamos, e nesse sentido naturalmente foi que os demais colegas que apresentaram emendas, as intenções foram essas, jamais, as de tumultuar o processo, a proposição do Deputado Erondy Silvério, é um direito que todos nós temos de apresentar emendas. Se prevalecer essa tese de que, em se apresentando emendas às proposições de Deputados vai se criar tumulto ou apenas se quer fazer confusão na matéria, então não haverá mais condições de legislar, nesta Casa. Todas as matérias aqui são passíveis de serem emendadas, acredito que esse é um processo legislativo normal, que nenhum Deputado pode se insurgir e criticar outro, por esse comportamento. Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur). — Está em votação a emenda. — Rejeitada.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Deferida.

Em votação a emenda.

Dez Srs. Deputados aprovam, 22 rejeitam. — Rejeitada.

Em votação a Emenda n.º 11, de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, essas emendas apresentadas basicamente ou quase exclusivamente pelos representantes do PMDB, retratam não só a preocupação social da nossa luta política em sentido sobretudo estadual, mas programaticamente no sentido nacional ao mesmo tempo que, traduzem uma verdadeira destinação que se procura dar às verbas públicas, aliás, o próprio Estado natal do saudoso Presidente Juscelino Kubitschek, teria dado a quantia de cinco milhões de cruzeiros para a construção daquele monumento. Recordo-me, Sr. Presidente, que, numa revista se não me engano, a Manchete, escrito um artigo, por David Nasser, ele encontrou palavras para dizer que era um revolucionário convicto e que, no saguão de um dos aeroportos da Europa, antes do desterro biológico do Presidente hoje saudoso, teria conversado com Juscelino e, pelo seu espírito expansivo, sensível às preocupações e aos problemas e sobretudo à miséria do povo brasileiro, teria confessado a ele, Juscelino, veladamente dado o seu caráter extremamente reservado, que, se encontrava aborrecido de ter sido um Presidente sobrevivendo pelo voto popular e investido do mandato da Superior Magistratura Nacional, depois de um período conturbado da morte de Getúlio Vargas, da assunção de Café Filho, da doença de Café Filho teria ele inclusive, tido tato para assumir o cargo para o qual o povo brasileiro lhe tinha delegado poderes e falava ele, Senhor Presidente, da grande preocupação que lhe acudiu para fazer as gestões de natureza política, para não mergulhar o País num caos que poderia gerar inclusive uma comoção intestina.

E este mesmo homem foi cassado quando o Governo do

Estado do Paraná fazia parte do sistema então sendo implantado no País e me perdoe a sinceridade e a lealdade com que declino agora este meu raciocínio ao eminente Deputado Erondy Silvério.

Se esta mensagem não veio do Governo do Estado, é porque terá razões suficientes para se constranger ao remeter para cá esta proposição, como também terá razões suficientes Sua Excelência de propô-la aqui, até por ser exercício do parlamentar propor medidas e projetos.

Entretanto, Senhor Presidente, não posso me calar ante as palavras do eminente Deputado Lázaro Dumont, a quem reconhecemos grande trabalho neste Parlamento, em áreas específicas. Todavia não poderá Sr. Presidente argumentar genericamente de que nós não estamos apresentando diuturnamente projetos dessa natureza, ou melhor, da natureza das emendas que estamos agora apresentando e a verdade está nos Anais desta Casa. Quando da discussão e votação das matérias orçamentárias, muitos e múltiplos Deputados da Oposição tem buscado sucesso nas medidas e a Situação tem rejeitado liminarmente, Senhor Presidente.

E um dos exemplos que eu trago aqui nesta Casa, da estrada de Cascavel a Capitão Leônidas Marques, da estrada que liga Céu Azul a Vera Cruz do Oeste, a Santa Helena; da estrada que liga Matelândia a Santa Helena; da estrada que liga Cascavel, Catanduvas, Três Barras e Salto Osório; dos projetos apresentados com relação à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cascavel, do Hospital Regional de Cascavel, da estrada ligando Cafelândia do Oeste a BR-369, e todos estes projetos apresentados, Senhor Presidente, na C.C.J. foram rejeitados sob a égide de serem iniciativa privativa do Governo do Estado, como preconiza o preceito do Artigo 21 da Constituição Estadual.

Entretanto, Senhor Presidente, várias decisões daquela Comissão de Justiça, tenho dito desta tribuna, tem sido deliberada sob o princípio da orientação partidária e não do princípio constitucional.

Entretanto há uma súmula no Supremo Tribunal Federal, segundo disse durante a votação desta matéria na Comissão de Justiça, pelo Deputado Luiz Alberto de Oliveira de que as matérias relacionadas com despesas financeiras, quando autorizadas e o Governo aceitando-a, torna a matéria constitucional, ou supre a inconstitucionalidade. Porque melhor oportunidade do que esta, de apresentarmos estas emendas. E tenho, Sr. Presidente, duas emendas na Mesa. Uma concedendo verba de vinte milhões de cruzeiros para a Faculdade de Cascavel; que poderia já ser Universidade. Cuja instituição é uma fundação mantida principalmente pelo Município de Cascavel, e pelos seus alunos. O ônus que acarreta para o erário municipal da minha cidade de Cascavel, é extremamente alto, para ser custeado só pelo município e pelos alunos. Porque para lá, e concludo, acorrem estudantes hoje perto de 1.300 estudantes universitários, de todos os municípios abrangidos pela Associação dos Municípios do Oeste do Paraná. Além de outros de outras regiões que superam esses 20 municípios. E o que nós estamos pleiteando, Sr. Presidente, é uma justiça na aplicação das verbas, já que o Estado pode conceder dispêndio financeiro, para prestar homenagem a um homem que a Revolução não permitiu, nem o seu acesso nos quinze anos de Brasília. Por que razão o Estado do Paraná não pode atribuir verba para o seu ensino, para o ensino dos seus cidadãos, ao acesso das escolas superiores?

E a outra emenda, faço já também a acertiva, e a defesa, Sr. Presidente, a emenda para o Hospital Regional de Cascavel...

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa ao orador que resta um minuto para o encaminhamento.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Obrigado, Sr. Presidente.

Quero concluir, dizendo que o Hospital Regional de Cascavel, que teve seu início e a sua deliberação ainda em

1975, por obra da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Nós já sabemos que está na crista o declínio da construção desta Usina e o Hospital Regional de Cascavel, nem sequer chegou a metade da sua construção. Por esta razão, faço mais estas emendas a exemplo das quantas já foram feitas aqui neste Parlamento e rejeitadas pela Comissão e pelo Plenário. E deixo à consideração destas que reapresentarei, porque tenho já certeza, pelas anteriores, que serão também rejeitadas. E gostaríamos de que os eminentes Deputados do PDS dessem respaldo para que pudéssemos tratar das verbas com uma preocupação mais social, do que propriamente política, de promoção.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está em votação a emenda.

O SR. MÁRIO CELSO — (Para encaminhar a votação). Sr.

Presidente, apenas para fazer duas colocações. A primeira delas, respondendo inclusive o Deputado Lázaro Dumont. Ele falou que não era oportuna a colocação dessas emendas. Desde que a CCJ aprovou esse projeto, dando como constitucional, no seu entender, então, naturalmente aí ficou caracterizada uma abertura. Porque eu fui vereador da Câmara Municipal de Curitiba, e durante todo o tempo que lá trabalhei, nunca tive a condição de apresentar um projeto que mexesse no Orçamento. Aqui na Assembléia Legislativa, o fato se repete. Tudo que diz respeito ao Orçamento, em termos de distribuição de verbas, inclusive depende de Mensagem do Executivo. Já que houve esta abertura nós entendemos também oportuna a participação através de emendas. Já em ocasiões anteriores, entramos com requerimentos, sugestões, nada mais poderíamos fazer, não adiantava apresentar um projeto que seria votado na CCJ. Então, nós nos limitávamos a exercer ações de sugestões. E fizemos isso, para o Hospital Colônia São Roque, fizemos à CIP do menor. Diversos foram, vinte e seis sugestões, inclusive, solicitando verbas. Então, essa colocação que o ilustre companheiro de Casa fez, para mim não tem cabimento.

Só quero dizer que se aponte aqui a posição de cristão, é porque, sou cursilista e sou cristão, e naquele momento de apelo, apelei para o bom senso do espírito cristão.

Não quero dizer que todo mundo seja anti-cristão aqui dentro. É claro que pode ser cristão e o espírito não ser despertado.

E finalizando, dizendo que se Deus, realmente, fez o homem a sua imagem e semelhança, deve estar hoje, morrendo de vergonha.

Muito obrigado.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) — Queria fazer um comunicado à Vossa Excelência, de acordo com o Artigo 86, § 2, de que todas as colocações que foram feitas hoje da tribuna, que tiveram a peça de colocações demagógicas e mentirosas, nós queremos comunicar à Vossa Excelência, que a praça está tomada pela polícia militar. Então, eu queria fazer um apelo, que novamente, Vossa Excelência, mobilizasse todo o seu estafe, para que haja essa desmobilização e de que este Poder não corra o risco de ser até invadido. Era esse comunicado que eu queria fazer, que a Bancada do PMDB vai dar o devido apoio às professoras que estão fazendo a passeata.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa tomará as devidas providências necessárias. Está em votação a emenda. — Rejeitada.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) A Mesa informa à Vossa Excelência que se trata de matéria vencida.

Está em votação a Emenda n.º 12, de autoria do Deputado Fidelcino Tolentino.

Rejeitada.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) Requeiro a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Em votação. — Rejeitada.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) Solicito à Vossa Excelência reiterando aquele pedido inicial que fiz, sobre a Emenda n.º 02, que Vossa Excelência, na Ata dos trabalhos, todas as emendas que ficasse despatenciado o voto desfavorável pelo PMDB, PP e PTB, que aqui se fazem presentes.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e fará registrar na Ata.

O SR. AIRTON CORDEIRO — (Pela ordem) Gostaria que constasse os votos contrários dos partidos que estão representados no Poder, na hora da votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e fará consignar da Ata, os votos contrários dos partidos representados nesta ordem.

O SR. DÁCIO LEONEL — (Pela ordem) Só solicito a Vossa Excelência, vai me ser negada a palavra, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) Houve um lapso da Mesa atendendo uma solicitação do Deputado Airton Cordeiro.

Concedo a palavra ao Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A propósito, reservei-me para vir à tribuna, no encaminhamento da votação, exatamente depois da rejeição de todas as emendas apostas ao Projeto de Lei 84/81, de autoria do ilustre Deputado Erondy Silvério. Isto, porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é preciso que entendamos, esta Casa, sem ter atingido hoje a discussão e apreciação da metade da sua pauta, ao chegar ao quarto projeto, teve uma discussão durante tanto tempo, cansativa até, mas perfeitamente natural para este plenário, e do quê? De um projeto de lei, com o devido respeito, inconstitucional, e com apresentação de doze emendas inconstitucionais.

Não vejo justificativa, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não vejo justificativa para que percamos tanto tempo na discussão e apreciação de uma matéria inconstitucional, quando aí fora está a Polícia Militar, quando os professores estão reunidos, buscando melhorias, quando os inativos reclamam melhores soluções, quando a fome é patente e indiscutível, e nós ficamos discutindo, seis milhões de cruzeiros para o Memorial de JK, em Brasília.

Acho que o aspecto constitucional é o mais importante.

Lembro-me que, quando assomei à esta tribuna, há alguns dias atrás, para defender um projeto de lei de minha autoria, revogando o artigo 3.º da Lei 7317, que dá benefícios aos membros do Tribunal de Contas do Paraná, Conselheiros, Auditores e Procuradores, para que somem quinze anos, e que se aposentem com polpudos vencimentos, naquela ocasião, foi entendido inconstitucional o meu projeto. Nquela ocasião era inconstitucional, mas nesta ocasião, não!

Então, o que aconteceu?

Entendi o espírito de vários companheiros da Oposição.

Talvez, quisessem aproveitar para pegar o bonde andando, já que a CCJ entendeu de, neste caso, julgar constitucional um projeto cuja iniciativa é privativa do Sr. Governador do Estado, e quem afirma isto não sou eu, é a Constitucional do Estado, nos artigos 25 e 35.

Então, o que acontece?

Acontece que, talvez, tentando uma emenda, pudesse aproveitar e pegar o bonde andando e quem sabe, tentar uma aprovação.

Não basta que me digam que a simples sanção do Governador, já pode representar ou pode retirar o vício da origem da matéria. É por esta razão, Sr. Presidente, que talvez se possa esclarecer alguns que levantaram como tese porque tais emendas não foram apresentadas antes, e somente hoje foram apresentadas.

Não foram apresentadas antes, porque teriam que ser apresentadas em forma de projeto de lei, e se apresentadas em forma de projeto de lei, ninguém teria dúvida: iriam para a CCJ, e seriam consideradas inconstitucionais, porque, realmente, são inconstitucionais.

O que se pretendeu foi, talvez, apanhar o bonde andando. Já que houve um beneplácito na Comissão, vamos tentar. Tanto é que o Deputado Lineu Turra, na sua emenda, ele apenas acrescenta um auxílio a mais, não obstante tenha ainda permitido que se desse o auxílio originário.

Não estamos discutindo o mérito. Inclusive, a exemplo do ilustre Líder do Governo, eu devo dizer que, naquelas eleições, também fui eleitor de Juscelino Kubitschek.

Por essa razão é a nossa posição.

Por essa razão é que entendemos que as posições, nesta Casa, devem ficar claras, devem ser iguais, para todos os julgamentos, para todas as posições.

Era a declaração que gostaríamos de fazer.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Em votação o Projeto de Lei n.º 84/81.

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere. O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Responderam a chamada 41 Srs. Deputados.

Há “quorum” para deliberação.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) Sr. Presidente, com base no Artigo 86 e pela precedência levantada pelo vice-Líder, Gabriel Sampaio, do PDS, e exatamente pelo que consta no Parágrafo 2.º, ao final, “comunicações a fazer”, eu peço a Vossa Excelência a palavra por alguns instantes.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela ordem) Solicito a Vossa Excelência que determine a leitura do Artigo 86, Parágrafo 2.º, do Regimento Interno, aí Vossa Excelência vai decidir se deve dar a palavra ou não.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, eu apelo, pela jurisprudência levantada pelo Deputado Gabriel Sampaio, Sr. Presidente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Estou pedindo ao Presidente, uma Questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — (Lê):

“Artigo 86, Parágrafo 2.º — Desde o momento em que deixar de falar o orador inscrito para a Hora do Expediente até o início da Ordem do Dia, poderá usar da palavra durante 10 minutos, no máximo, os Deputados que tiverem projetos, indicações ou requerimentos a fundamentar, ou, comunicações a fazer”.

A Mesa informa ao nobre Deputado, que não procede a Questão de Ordem.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Levanto então uma outra Questão de Ordem, Sr. Presidente.

Volto a insistir, pela jurisprudência levantada pelo Deputado Gabriel Sampaio, que usou da palavra nas mesmas circunstâncias, para fazer uma comunicação urgente ...

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa que foi na Hora do Expediente.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Mas nós estamos na Hora do Expediente, que, conforme o Regimento, a Hora do Expediente vai até o final da Ordem do Dia. É muito claro o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Não. Nós estamos na Ordem do Dia, em votação da matéria.

O SR. LINEU TURRA — Queria invocar, Sr. Presidente, na oportunidade que nós tivemos aqui, do ilustre Líder do PDS também se socorrer de uma oportunidade dessas, para fazer comunicação a esta Casa, que, se Vossa Excelência recorrer aos Anais, vai constatar que já foi concedida a mesma oportunidade ao Líder do PDS, para fazer uma comunicação urgente a esta Casa. Não me lembro bem qual era o fato mas...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vai ter que se lembrar, primeiro.

O SR. LINEU TURRA — Mas o fato é que, tem ocorrido. Lembro-me bem, perfeitamente, que Vossa Excelência já usou dessa ...

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa que já decidiu e passará à matéria seguinte.  
Irá proceder a verificação de votação do projeto.

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) — Acho que Vossa Excelência não colocou em votação o projeto.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa ao nobre Deputado, que está procedendo a verificação de votação requerida.

(É procedida a verificação de votação)

24 Srs. Deputados o aprovam;

12 Srs. Deputados o rejeitam.

Aprovado o Projeto de Lei n.º 84/81, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 94/81, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mens. Govern. n.º 85/81), que fixa critérios especiais com vistas à revisão de proventos de funcionários inativos do Estado, disciplina a incorporação de vantagens a proventos de inatividade, e dá outras providências que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., por maioria e CF. e C.R.H., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊN-

CIA.— Em discussão.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para discutir.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem) — Há um requerimento de nossa lavra, que pede referência de votação às Emendas que constam da Mesa, por causa do seu caráter geral; conseqüentemente, na discussão da matéria, peço a palavra a Vossa Excelência na discussão do projeto, no resguardamento das emendas, então, peço a Vossa Excelência para discutir o projeto.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa que, ao Projeto de Lei n.º 94/81, foram apresentadas 8 Emendas. Está em discussão o projeto, e as emendas.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) — Em maio de 1979, o ilustre Líder do PDS, Deputado Erondy Silvério, levantou uma Questão de Ordem para fazer uma Comunicação com urgência, sobre a questão do litígio de terras no Município de São Pedro, e lhe foi concedido também naquela ocasião e, peço a Vossa Excelência para fazer, com base nesse expediente usual, costumeiro desta Casa, e como já aconteceu ainda hoje à tarde, fazer essa comunicação urgente que inclusive será transformada, essa comunicação, num requerimento que solicito a Vossa Excelência, portanto, a palavra, por alguns instantes.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, eu não me recordo desse fato, sinceramente, mas, tenho que acreditar na palavra do nobre Líder, apesar de algumas inverdades que ele disse hoje nesta Casa, que eu refutarei na sessão de amanhã.

Entretanto, quando fiz essa comunicação - se é que a fiz - eu não me vali desse dispositivo regimental, e não cabe culpa nenhuma a este Deputado, se o Presidente da época “dormiu no ponto”!

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa o nobre Deputado, de que já havia decidido a questão e trata-se de matéria vencida. Em discussão o projeto e as emendas.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para discutir.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Preliminarmente levanto duas questões antes de entrar no mérito deste projeto.

A primeira, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de que tanto a questão dos inativos como a dos professores, que neste instante passa a ter um fato superveniente e emergencial.

Sem dúvida alguma, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Poder Executivo do Estado do Paraná que tem nas suas proximidades, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário, para a garantia, se é que assim entendem, acaba de tomar uma medida que volta a deixar-nos extremamente preocupados e acima de tudo, sendo imprescindível uma medida imediata.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná está novamente totalmente sitiado. Quem, a partir deste instante, olhar pelas janelas ou for aí fora, verá que o Poder Legislativo do Estado do Paraná, no seu território, no seu poder independente está sendo atingido, lesado e, portanto, obstruído até a sua funcionalidade, e por esta razão, Sr. Presidente, nós faremos neste instante, um apelo veemente até, para que em primeiro lugar seja suspensa a sessão da Assembléia Legislativa do Paraná, por dois fatores: primeiro pela maneira em que se encontra sitiado o Poder; segundo, porque os professores do Estado do Paraná, independente do número ou de quem lá está, estão se dirigindo até o Centro Cívico e nós não podemos, nós que somos efetivamente representantes do povo do Paraná, continuarmos funcionando aqui, quando bem à nossa frente, ao

nosso lado, junto a nós, nós temos a iminência que é eventual ou não, de um acidente, ou até, a simples presença dos professores, está a exigir de nós, que possamos estar lá, até para dialogar, até para conversa com o setor de segurança, até para evitar o pior, Sr. Presidente.

Com base nessas duas argumentações, Sr. Presidente, requiero a Vossa Excelência, primeiro, por esta questão emergencial e esse fato superveniente, que haja interrupção desta sessão, ao menos por duas horas, conforme entendimento de Vossa Excelência e da direção da Casa; segundo, Sr. Presidente, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná não pertence à Mesa Executiva, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná não pertence ao PDS, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná não pertence ao PMDB, como também não pertence ao PP ou ao PTB, mas esta Casa chama-se Casa do Povo, esta é uma Casa de todos os paranaenses e a partir do momento em que nós temos a possibilidade de ver uma parcela de paranaenses numa emergência, ante um possível acidente, ante uma possível repressão, que é ao menos possível, nós temos que permanecer com esta Casa aberta, para inclusive, receber e assegurar aos professores, a essa parcela do Paraná que portanto, como Paraná, é que é efetivamente dona deste Poder, que essa parcela possa inclusive se resguardar aqui, como já se fez historicamente em diversos parlamentos do mundo, que em momentos sérios e emergenciais, a Casa do Povo seja efetivamente respeitada como tal e o povo possa ter a segurança, a respeitabilidade à sua integridade física ou moral e que esta Casa, portanto, faça aqui uma ação eminentemente democrática por parte de sua direção e dos Srs. Deputados, e possamos abrir as portas desta Casa, para senão receber todos, ao menos uma comissão de professores, para conversarmos, entendermos e deixarmos todas as portas abertas deste Poder, para que o povo do Paraná, que está ali na situação de professor, possa adentrar, sem nenhuma perseguição, sem nenhuma repressão e resguardados na sua integridade moral e física, se o caso for.

Tem o aparte o Deputado Dácio Leonel.

O Sr. Dácio Leonel — Sr. Deputado, a minha solicitação foi apenas para que pudesse ler o artigo 118 do Regimento Interno. Que estabelece: “o policiamento do Edifício da Assembléia e de suas dependências, compete privativamente à Comissão Executiva, sem intervenção de qualquer outro Poder.

Para esse policiamento, a Comissão poderá requisitar praças da Polícia Militar, ou Guardas Cíveis, que serão postos à inteira e exclusiva disposição da Mesa.”

Desde que tal polícia militar não foi convocada, pela Comissão Executiva da Casa, me parece realmente que é outro Poder que está determinando que estejamos aqui, praticamente sitiados.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o socorro de Vossa Excelência que efetivamente traz até o argumento do próprio Regimento Interno, que vem socorrer a primeira colocação que fizemos.

O Sr. Lineu Turra — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Nelson, para complementar o ponto de vista do Deputado Dácio Leonel, queria dizer que quando se fala em prédio, não se fala apenas na parte interna do prédio, mas nas adjacências do prédio.

Portanto, este aparato policial está montado aí, impedindo inclusive o acesso normal ao prédio do Poder Legislativo. E as adjacências estão tomadas por um aparato policial.

Obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço a Vossa Excelência.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Apenas para corroborar, nobre Líder Nelson Friedrich. Que realmente este Poder está sitiado e com uma manobra clara de bloquear a vinda de professores para esta Assembléia. Um batalhão de Choque, cercando o Palácio, outro nas imediações da Prefeitura Municipal, com cães amestrados, bombas de gás lacrimogêneo, onde é que nós estamos, nobre Líder? Que é que está transformando este Paraná ou este Centro Cívico, num campo de concentração? Eles que cerquem o Palácio Iguaçu, se estão com medo, mas esta Casa não. Pelo menos nós do PMDB não temos medo. Que cerquem eles, que fiquem atrás das paredes, que têm medo do povo.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, apenas para fazer um apelo a Vossa Excelência para que o orador que se encontra na tribuna se atenha à discussão da matéria em pauta.

As argumentações de Sua Excelência são de modo a empolgar aquelas pessoas que não conhecem o funcionamento do Poder Legislativo que instalou-se nas mesmas condições que está funcionando agora, na tarde de hoje, sem que ninguém tivesse sido agredido, violentado dentro deste Poder. E agora mesmo, ainda, o Sr. Chefe da Casa Civil me comunicou que está recebendo uma comissão de professores e marcará uma audiência com o Sr. Governador do Estado, para os Srs. Professores.

Então não há razão para esses temores, não há razão de se falar em basuca, cães amestrados, bombas lacrimogêneas, não está havendo nada disso. Está se discutindo o Projeto de Lei n.º 94/81.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Questão de Ordem procede. A Mesa solicita ao nobre Deputado que se atenha à discussão do projeto em tela.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço, Sr. Presidente e é óbvio que como disse, estava levantando preliminares para na sequência entrar no Projeto de Lei n.º 94/81. Porque o assunto diz respeito e está intimamente ligado a esta questão ao próprio inativo do Estado e é pertinente.

Mas quero concluir, porque me nego a continuar discutindo uma matéria quando, com pavor ou sem pavor, mas pelos precedentes já ocorridos, nós não podemos ficar de braços cruzados ou simplesmente discutindo a matéria aqui, quando temos milhares de professores ao nosso lado, ali, inclusive muitos inativos e que não é admissível que não seja possível interromper a sessão da Casa do Povo do Paraná, para que nós possamos ver da possibilidade de contribuirmos. Porque não é o fato, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de nós estarmos aqui tentando fazer temor. O temor está nos olhos de quem estiver aí olhando e vendo. Cães amestrados nas mãos de policiais. E o que é que garante o que? Será que efetivamente a informação que acaba de dar, por questão de ordem, o Líder do PDS dá a garantia absoluta de que nada vai acontecer? Ou vamos primeiro ver o pior para depois emendar? Talvez tardiamente.

Por isso o nosso apelo. Acima de PMDB, Sr. Presidente, não pelo fato de ser Líder de uma parcela dos Deputados aqui presentes, até como paranaenses, que essa Casa do povo seja efetivamente, Casa do povo. E vamos até ali, porque é possível que uma intervenção nossa possa evitar até um atrito que possa ocorrer, dado até a tensão presente entre o aparato policial e quem está numa manifestação pública, pode não ser nem de vontade do Chefe da Casa Civil como entendo e aceito que ponderou o Líder da Bancada do PDS.

Mas, quem é que garante, Sr. Presidente, nas manifestações públicas em que efetivamente afloram-se os sentimentos, em que o aparato policial está aí desde a manhã, portanto...

num processo de tensão, muito evidente, possam por qualquer questão e usar da violência que ninguém deseja, ao menos nós entendemos, que não deveria ser desejada por ninguém.

Por isso insisto, Sr. Presidente, nas duas questões, a primeira de emergência, a interrupção dos trabalhos por 2 horas, para que pudéssemos ao menos nos deslocar até lá, porque, esta causa é emergencial, é questão muito séria.

O segundo, Sr. Presidente, por ser esta Casa do Povo, que democraticamente ela permaneça aberta até para servir de socorro àqueles que estão nas ruas e que são paranaenses, e que possam precisar dela, até para sua segurança individual.

Convoco Vossa Excelência a colocar em votação esse requerimento verbal que o Regimento Interno me permite, para interrupção dada a questão emergencial ao fato superveniência que nós expusemos, por um mínimo de bom senso, em nome da democracia, nós solicitamos a Vossa Excelência que esse requerimento seja nesse instante colocado em votação para podermos agir como nós ao menos entendemos, por parte de quem venha a representar o povo nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa ao nobre Deputado Nelton Friedrich, de que no elenco dos requerimentos verbais não se inclui o requerimento hora feito, portanto, a Mesa aguarda o envio do requerimento escrito, para submeter a apreciação do Plenário.

O SR. AIRTON CORDEIRO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, nós gostaríamos primeiramente de manifestar, que entendemos desnecessário a suspensão da sessão nesta Casa. Mas nos permitimos a fazer uma sugestão a Vossa Excelência e pedimos que Vossa Excelência submeta à apreciação do Plenário, a fim de que seja composta uma comissão de parlamentares para um diálogo com as lideranças do magistério que se encontram nas proximidades desta Casa e se for o caso, esta comissão venha a esta Casa, sob proteção dos Srs. Parlamentares é a proposta que nós queremos fazer, Sr. Presidente.

O SR. FIORI LUIZ — (Pela ordem) — Entendo que a proposição do nobre Deputado Airton Cordeiro, nós já temos aqui a comissão partidária dialogando, há a comissão de instrução pública, cujo Presidente não está na Casa.

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) — Queria comunicar a Vossa Excelência que está sendo elaborado um requerimento pela liderança do PMDB, para ser encaminhado à Mesa pedindo a prorrogação da sessão e a interrupção dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Enquanto chega o requerimento, o projeto continua em discussão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Deputado Erondy Silvério. Requer a prorrogação dessa sessão por 2 horas. Em votação.

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) — Está sendo encaminhado neste momento, simultaneamente, encaminhado outro requerimento no mesmo sentido e também com uma proposição de suspensão dos trabalhos. Gostaria que Vossa Excelência, já que se trata de dois requerimentos no mesmo sentido, que unificasse os dois requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa o Deputado de que o requerimento do Deputado Erondy Silvério, é no sentido de prorrogar a sessão por duas horas.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento de autoria do Deputado Erondy Silvério.

Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram conservar-se como estão. Aprovado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere.

O SR. LINEU TURRA — Requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e solicita do Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) — Sr. Presidente, desisto do requerimento.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, quero um esclarecimento da Presidência, se devo ficar na tribuna ou declinar dela.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa ao nobre Deputado, que está sendo votado um requerimento a fim de possibilitar que Vossa Excelência continue usando da sua prerrogativa na tribuna.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento de autoria do Deputado Erondy Silvério, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

6 Srs. Deputados o aprovam.

3 Srs. Deputados o rejeitam.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 01, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 07, 69, 70 e 71/81.

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 72 e 84/81.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 94 e 105/81.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 44, 45 e 46/81.

Marcando ainda, uma Sessão Extraordinária para amanhã, dia 01, quinta-feira, após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.º 95/79, 70/80 e dos Projetos de Lei n.ºs 170/80, 43, 56, 57, 62 e 65/81.

Levanta-se a sessão.